

"GANHAR O FUTURO"

Índice

1.		Intro	odução	4
2.		Cara	terização	5
	1.	R	egião Centro	5
	1.	2.	Território e Ambiente:	8
	1.	3.	População e habitação:	. 13
	1.	4.	Atividades económicas e emprego:	. 20
	1.	5.	Educação e Formação:	. 26
	1.	6.	Coesão Social e Qualidade de Vida	. 28
	1.	7.	História, turismo e dinâmicas Culturais	. 32
	1.	8.	Matriz SWOT	. 36
2.		Orie	ntações estratégicas	. 38
	2.	1. Eu	ropa 2020	. 38
	2.	2.	Portugal 2020	. 39
	2.	3.	CRER 2020	. 41
	2.	4.	Plano Estratégico da CIM Beiras e Serra da Estrela	. 43
3.		Visã	o e Estratégia	. 45
4		Plan	o de Ação	. 49
	4.	1. Be	lmonte, Um Polo de Atração Turística de Notoriedade Internacional	. 49
		4.1.	L. Turismo Cultural:	. 49
		i.	Jardim dos Descobrimentos	. 49
		ii.	Espaço Brasil – Arte Contemporânea	. 50
		iii.	Centro Interpretativo "Centum Cellas e Seus Mistérios"	. 50
		iv.	Centro Interpretativo "Villa Fórnea"	. 52
		v.	Rede Museus	. 53
		4.1.	2. Turismo Judaico	. 54
		i.	Páscoa(s)	. 54
		4.1.	3. Turismo Sénior/3º Sector	. 55
		i.	Living Lab Social	. 55
		4.1.	1. Rede de Alojamentos	. 58
		4.1.	5. Requalificação da Praia Fluvial	. 59
		4.1.	5. Sistema de Informação Geográfica e Web Site	. 59
	4.	2	Belmonte, Um Concelho com Pleno Emprego	. 60
		4.2.	L.Produtos Locais	. 60
		i	Clube de Produtores	60

"GANHAR O FUTURO"





	ii.	Marca Kosher	61
	4.2.	2 Comércio Tradicional	61
	i.	Incubadora Comercial	61
	4.2.	3. Nova Área Empresarial	62
	4.2.	4. Espaço de Acolhimento e Dinamização Empresarial	62
	4.2.	5. Angariação de Investimento Externo	63
	4.2.	6. Empreendedorismo	64
	i.	Gabinete de Apoio ao Empreendedor	64
	ii.	Portal do Empreendedor	66
4.	3. Be	elmonte, Vale a Pena Aqui Viver	66
	4.3.	1. Desenvolvimento e Ação social	66
	i.	Gabinete de Psicologia	66
	ii.	Gabinete de Ação Social	67
	4.3.	2. Belmonte Sénior	69
	4.3.	3. Belmonte Jovem	70
	4.3.	4. Cultura	70
	i.	Investigação / Conceção de Conteúdos	71
	ii.	Tradições Locais	71
	iii.	Agenda Cultural	72
	4.3.	5. Desporto/Lazer	72
	4.3.	6. Plano Municipal do Ambiente	73
4.	4. Pl	aneamento Urbanístico, Acessibilidades e Mobilidade	74
4.	5. Re	eforço da Estrutura Organizativa do Município	74
	4.5.	1. Consultadoria LEAN	74
	4.5.	2. Gabinete de Planeamento e Elaboração de Candidaturas	75
	4.5.	3. Gabinete de Comunicação e Imagem	76
	4.5.	4. Atendimento ao Munícipe	76
	i.	Lojas de Atendimento ao Munícipe	77
	ii.	Portal do Munícipe	78
4.	6. M	arketing Territorial	78
	Plan	no de Ação - Matriz	80
	Bibl	iografia	84







1. Introdução

O Plano Estratégico do Município de Belmonte é um documento de gestão orientado para a produção de decisões e de ações de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar nos próximos anos. Espera-se que seja, sobretudo, um elemento consistente de orientação para as políticas e a ação pública, em coordenação com as iniciativas do sector privado, bem como um compromisso mútuo entre os diversos agentes determinantes.

O Plano Estratégico resultou de um processo de reflexão que explicita os valores e os objetivos que passarão a orientar a sua atuação concreta no futuro próximo.

Encontra-se dividido em três partes principais, a saber: **Diagnóstico**, **Orientações Estratégicas** e **Visão** e **Estratégia** para o Município de Belmonte.

No capítulo dedicado ao **Diagnóstico** caracteriza-se a região Centro e a NUT III Cova da Beira como território de influência do município de Belmonte. Serão apresentados os principais indicadores estatísticos disponíveis nos vários organismos formais, comparando o desempenho do município de Belmonte com os concelhos vizinhos com quem estabelece fronteira, apresentando no final a matriz SWOT do município de Belmonte, identificando os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaçadas.

No capítulo dedicado às **Orientações Estratégicas** serão apresentadas as linhas gerais ao nível europeu, nacional e regional, que servirão de base para a definição das acções estratégicas a desenvolver no âmbito do Município de Belmonte.

Finalmente no último capítulo é apresentada a **Visão e Estratégia** a seguir nos próximos anos pelo executivo do Município de Belmonte, onde são definidos os pilares prioritários a intervir, e onde se apresentam os projetos de maior relevância em cada um dos pilares.





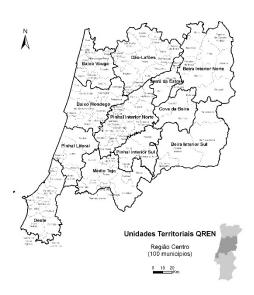


2. Caraterização

Como ponto de partida para o trabalho de elaboração do **Plano Estratégico do Município de Belmonte** é fundamental construir uma base de conhecimento dinâmica sobre o concelho e dos espaços de proximidade constituído pelos municípios envolventes, sem no entanto, descuidar da realidade regional.

Desta forma, inicia-se este capítulo com uma caracterização genérica da **Região Centro** e da **NUT III Cova da Beira**, onde se insere territorialmente o **concelho de Belmonte**.

1. Região Centro



Fonte: CCDR-C

A **Região Centro** representa cerca 31,3% do território de Portugal Continental e 23,7% da sua população¹. Incorpora 100 concelhos, a que corresponde uma área de 28.199 km2, com uma fronteira terrestre internacional de 270 km e um perímetro de linha de costa de 279 km, apesar de ter também grande incidência de áreas de altitude, sobretudo no interior.

É uma região bastante extensa no contexto nacional, mas com uma baixa densidade demográfica. Apresenta uma situação de centralidade geográfica no contexto nacional, que lhe confere um posicionamento estratégico incontornável na articulação do território nacional e do seu sistema urbano, e na ligação dos corredores estruturantes da mobilidade entre as duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, no acesso do País ao norte e ao centro da Europa. Esta região apresenta no entanto algumas lacunas ao nível da rodovia, ferrovia, portos e logística, não esquecendo também o transporte aéreo.

A persistência de uma fraca acessibilidade intra-regional, para além de explicar a baixa conectividade existente entre os sistemas urbanos do litoral e do interior, conduziu ao isolamento físico e à perca populacional de algumas zonas do interior da região, nomeadamente a zona fronteiriça da Raia, os territórios do Côa a norte de Guarda e, sobretudo, a zona do Pinhal Interior. Estes espaços de baixa densidade, profundamente envelhecidos e com uma actividade

¹ Dados disponíveis em www.ccdrc.pt







económica reduzida, necessitam de uma abordagem específica para impedir o risco de marginalização e de exclusão.

A estrutura demográfica regional revela desequilíbrios internos, com um litoral relativamente dinâmico e um interior em processo de despovoamento, e revela também os constrangimentos estruturais que a Região Centro enfrenta, em termos de competitividade e de crescimento económico, com um capital humano pouco qualificado e em processo de envelhecimento. Relativamente ao património natural, a Região Centro apresenta um vasto e diversificado património de reconhecida qualidade paisagística e ambiental com um conjunto de áreas de paisagem protegida e de corredores ecológicos que têm vindo a ser classificados como património comum da Europa. As áreas classificadas na Região Centro ocupam no seu todo uma área de cerca de 16 % do território regional. Por outro lado, é uma das regiões do país mais bem dotadas de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. O seu território inclui as três maiores bacias hidrográficas exclusivamente nacionais, Mondego, Vouga e Liz.

Quanto ao património histórico e cultural, a Região Centro guarda heranças histórico-culturais de diferentes tempos e civilizações. Lusitanos, Romanos, Visigodos e Árabes deixaram marcas da sua vivência nesta região, como o atesta o vasto e diversificado património histórico e arquitectónico disseminado por todo o território. No património construído, destaca-se a rede das Aldeias Históricas, pela diversidade e riqueza arquitectónica individual e dos conjuntos edificados, bem como, no que se refere ao património rural, a rede das Aldeias de Xisto, pela singularidade dos aglomerados, marca da identidade das gentes e da sub-região do Pinhal. A Região Centro dispõe ainda de um conjunto museológico assinalável devotado à arte sacra e à história de arte, à ciência, e à etnografia regional, alguns dos quais estão integrados na rede nacional de museus. De destacar o Museu Machado de Castro (Coimbra), o Museu Grão Vasco (Viseu), o Museu Tavares Proença Júnior (Castelo Branco), o Museu José Malhoa (Caldas da Rainha), o Museu Monográfico de Conímbriga (Condeixa-a-Nova), os Museus da Universidade de Coimbra, o Museu Judaico em Belmonte, o Museu Marítimo de Ílhavo, o Museu do Vidro na Marinha Grande, o Museu dos Lanifícios da Covilhã, o Museu do Pão em Seia, o Museu do Vinho

A este património acrescenta-se ainda um conjunto diversificado de produtos gastronómicos, desde as receitas tradicionais aos produtos locais (frutos secos, vinho, queijo, azeite, enchidos, sal, caça e pesca), bem como alguns produtos artesanais (lã, linho, bordados) com elevada qualidade, alguns dos quais certificados ou com denominação de origem, que são representativos da cultura, da memória e do saber-fazer das gentes da Região Centro e que constituem uma marca diferenciadora da sua identidade.

Estes recursos patrimoniais e culturais associados ao território encerram um importante potencial a explorar para o desenvolvimento turístico da região, para a dinamização da base económica local e para a diversificação da economia regional, sendo ainda um importante atributo para a afirmação da identidade regional no exterior.



da Bairrada em Anadia.



BELMONTE

Cova da Beira



Fonte: CCDR-C, tratamento de GLOBAL CHANGE® Fluxphera

Afunilando a análise territorial, a **NUT III Cova da Beira** apresenta-se como uma depressão de superfície plana com altitudes que variam entre os 400 e 500 metros em 30 Kms de comprimento e 112 Kms de largura. Esta sub-região caracteriza-se pela nascente e percurso do Rio Zêzere, e ribeiras afluentes e integra os concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão. Este território apresenta alguns recursos hídricos, destacando-se o rio Zêzere, que limita o concelho de Belmonte a poente, a ribeira da Carpinteira e a ribeira da Degoldra no concelho da Covilhã. Também o concelho do Fundão apresenta uma densa rede hidrográfica, integrada na bacia do rio Tejo, em que a principal linha de água se situa na Serra da Gardunha. Ao nível do solo, destacam-se os solos maioritariamente graníticos e de xisto.

Como principais recursos naturais e paisagísticos, destacam-se a Serra da Estrela e a Serra da Gardunha, bem como os inúmeros miradouros naturais, donde é possível observar a Serra da Estrela, a Covilhã e a parte norte de Belmonte, mas também as planícies da zona de Castelo Branco, de Penamacor e de Idanha-a-Nova.

A Cova da Beira é uma região caracterizada por povoamento misto, concentrado nos espaços urbanos e bastante disperso em algumas áreas rurais, nomeadamente nas várias quintas que ainda subsistem, como é o caso das Freguesias de Alcaria, Ferro, Orjais e Vila do Carvalho.

É um território onde são visíveis os sinais de desertificação e envelhecimento populacional.

Nos últimos anos, a Cova da Beira tem sido uma região marcada também pelo fenómeno migratório pese embora o desenvolvimento da actividade industrial e dos serviços de proximidade. Porém, a evolução favorável das condições de vida nos últimos anos nesta região, tem sido o primeiro passo para a tentativa de inversão deste fenómeno social. No entanto, a densidade populacional ainda evidencia alguma disparidade social que acentua a pressão demográfica nos centros urbanos em detrimento das zonas rurais envolventes.







Município de Belmonte

Na vertente de diagnóstico interno do **concelho de Belmonte**, foram abordados diferentes vectores da realidade belmontense e traçadas as principais linhas da sua caracterização prospectiva, em termos dos activos, das estruturas, física e organizativas, e das respectivas dinâmicas de evolução e de articulação entre elas.

O objectivo deste capítulo é precisamente o de permitir avaliar a realidade actual e as tendências no concelho, tanto do ponto de vista do seu posicionamento nos diversos espaços de referência, como nas dinâmicas intrínsecas que constituem a base sobre a qual se irá construir o processo de desenvolvimento.

Serão abordadas 6 dimensões de análise: território e ambiente; população e habitação; actividades económicas e emprego; educação e formação; coesão social e qualidade de vida; e dinâmicas culturais, onde serão apresentados dados não apenas relativos ao concelho de Belmonte mas também relativos aos restantes concelhos integrantes da NUT III Cova da Beira, bem como dos concelhos vizinhos de Guarda e Sabugal, territórios contíguos a Belmonte, permitindo desta forma maximizar a caracterização territorial em que o concelho se insere.

O diagnóstico estratégico termina com a construção de uma matriz onde se identificam para além das pontos fortes e dos pontos fracos específicos do concelho de Belmonte, as oportunidades e ameaças de contexto que exercem influência e condicionam as opções estratégicas a tomar para o seu futuro próximo.

1.2. Território e Ambiente:



Fonte: CCDR-C, tratamento de GLOBAL CHANGE® Fluxphera







O concelho de Belmonte é limitado a norte pelo município da Guarda, a leste pelo Sabugal, a sueste pelo Fundão e a oeste pela Covilhã.

De acordo com os dados disponíveis na CCDR-C, o território do concelho de Belmonte em 2012 compreende uma extensão de 118,8km², sendo o concelho de menor dimensão da Cova da Beira e dos concelhos com quem estabelece fronteira, nomeadamente Guarda e Sabugal. Após a reorganização do mapa das freguesias (Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro), o concelho de Belmonte passou a integrar apenas 4 freguesias: Belmonte e Colmeal da Torre, Caria, Inguias, e Maçainhas.

Ao nível das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, por não existirem centros urbanos de grande dimensão na sub-região da Cova da Beira há a lamentar algumas debilidades principalmente ao nível das ligações com o restante território nacional, o que dificulta a mobilidade de pessoas e mercadorias, contribuindo fortemente para o isolamento físico, e fraca actividade económica.

A vila de Belmonte dista por vias rodoviárias:

- cerca de 3h30 de Lisboa;
- cerca de 2h20 de Coimbra;
- cerca de 2h40 do Porto;
- 2h de Salamanca.

Os principais eixos rodoviários que permitem esta conectividade territorial são a A23, a A25, e a A62 (Espanha).

Esta dificuldade de mobilidade foi fortemente agravada pela introdução de portagens nas denominadas SCUTs, reduzindo drasticamente o trânsito nestas vias em detrimentos de vias alternativas, com piores condições de piso, de circulação e com aumento significativo do tempo de viagem.

A construção do IC6 (ligação Coimbra-Covilhã), do IC7 e do IC37 têm sido reivindicadas há muito como prioritárias para o interior, pois seriam uma alternativa viável às SCUTS portajadas. Apesar de ligações regionais, assumiriam importância a nível nacional como corredor de tráfego internacional entre a fronteira (Vilar Formoso) e o centro do país, permitindo também aproximar o interior do litoral, esbatendo as assimetrias regionais, fomentando o desenvolvimento económico e social e facilitando a mobilidade de pessoas e mercadorias.









Fonte: REFER

Por ferrovia, Belmonte integra a Linha da Beira Baixa. Esta linha férrea tem mais de 120 anos e desempenhou ao longo da sua vida um papel fundamental no desenvolvimento do interior do país, promovendo a mobilidade de pessoas e mercadorias e assegurando a interligação da região à linha do Norte e à linha da Beira Alta. No entanto a ligação Covilhã-Belmonte-Guarda está desactivada desde Fevereiro de 2009. Esta ligação é importante para a ligação com a Linha da Beira Alta, para Norte e com a rede ferroviária europeia. A reabertura deste troço poderia também ser uma alternativa com custos mais reduzidos para a mobilidade de pessoas e mercadorias, após a introdução de portagens na A23.

As Áreas Protegidas têm vindo a ganhar uma importância crescente, à medida que a pressão sobre os recursos naturais e as situações de delapidação têm aumentado.

	Áreas protegidas				
	Proporção de				
	superfície das áreas				
	protegidas				
	2010				
	%				
Beira Interior	14,4				
Norte					
Guarda	20,7				
Sabugal	5,1				
Cova da Beira	10,4				
Belmonte	0,0				
Covilhã	25,6				
Fundão	0,0				
E I CORR C					

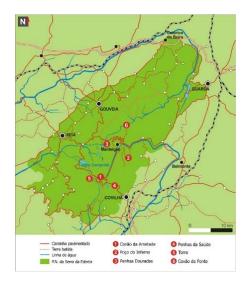
Fonte: CCDR-C







No entanto, em 2010 os concelhos de Belmonte e Fundão não apresentavam qualquer área protegida. Saliente-se que todos os concelhos vizinhos, com a excepção do Fundão, apresentaram áreas protegidas, com destaque para os concelhos da Covilhã e Guarda com uma proporção de áreas protegidas na ordem dos 25% e 21%, respectivamente. Destaca-se ainda a existência do Parque Natural da Serra da Estrela, uma das 44 áreas protegidas do território continental.



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Freguesias								
	Áreas predominantemente	Áreas mediamente	Áreas predominantemente					
	urbanas	urbanas	rurais					
	2010	2010	2010					
	N.º	N.º	N.º					
Beira Interior Norte	4	19	216					
Guarda	3	3	49					
Sabugal	0	1	39					
Cova da Beira	9	8	50					
Belmonte	0	2	3					
Covilhã	8	5	18					
Fundão	1	1	29					

Fonte: CCDR-C

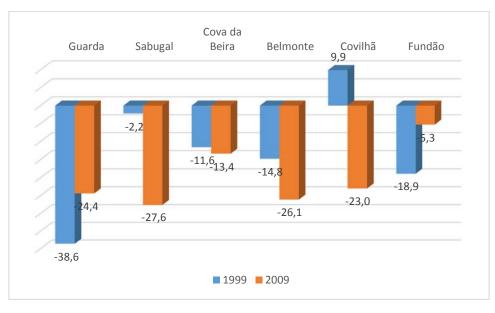
As NUTS III Cova da Beira e Beira Interior Norte são territórios maioritariamente rurais. Esta realidade replica-se também no concelho de Belmonte, onde 3 das 5 freguesias constituintes do município em 2010 eram predominantemente rurais, e apenas 2 eram consideradas mediamente urbanas. Belmonte é também o único concelho que não apresenta qualquer área predominantemente urbana.





BELMONTE





Fonte: CCODR-C

Apesar de um território maioritariamente rural onde em regra a actividade agrícola é predominante, é notória a diminuição da superfície agrícola utilizada nas últimas décadas. Entre os anos de 1999 e 2009, a variação revelou-se mais drástica para os concelhos de Sabugal, Belmonte e Covilhã, com variações negativas superiores a 20%.

Esta evolução poderá estar associada a processos de florestação, de urbanização e de envelhecimento demográfico mas também às várias reformas da Política Agrícola Comum² (PAC), que desde 1962 regulam o sector agrícola.

Nos primeiros anos da PAC assistiu-se a um aumento drástico da produção agrícola e consequentemente à criação de excedentes agrícolas. Posteriormente, as sucessivas reformas impuseram cotas máximas de produção, diminuição dos preços agrícolas garantidos, incentivo ao pousio temporário e às reformas antecipadas. Apesar de Portugal ter tido alguns benefícios com a PAC, como a melhoria das infraestruturas rurais, modernização dos sistemas de rega de drenagem, melhoria na conservação dos solos, aumento do associativismo agrícola, melhoria das estruturas de produção e das condições de transformação e comercialização dos produtos, não beneficiou dos apoios à produção e foi penalizado por um excedente de produção para o qual não contribuiu. No ano 2000, com a possibilidade de importação de produtos agrícolas com origem em países em vias de desenvolvimento, tornou-se mais barato importar que produzir internamente, o que resultou no abandono dos campos.

No entanto, em 2011 iniciou-se um novo ciclo de negociações para uma nova reforma com o objectivo de reforçar a competitividade económica e ecológica do sector agrícola, promover a inovação, combater as alterações climáticas e apoiar o emprego e o crescimento nas zonas rurais e a tendência começou a inverter-se. A actual geração de agricultores concilia os papéis de agricultor, protector da paisagem natural e empreendedor. As reformas tornaram os agricultores mais orientados para o mercado. Alguns deles processam géneros alimentares nas explorações agrícolas e comercializam a nível local, estimulando a economia rural. Os agricultores apoiam as suas comunidades através do turismo rural, da criação de novas

² Comissão Europeia (2012), A política agrícola comum - A história continua.







empresas e de atividades culturais. Ao fazê-lo, contribuem para garantir o futuro das próximas gerações de agricultores.

Dois terços dos agricultores têm mais de 55 anos. Para apoiar a criação de emprego e encorajar as jovens gerações a investir no sector agrícola, foram disponibilizadas verbas no âmbito do anterior quadro de programação 2007-2013, nomeadamente por intermédio do PRODER para o apoio à instalação acessível de novos agricultores com menos de quarenta anos, durante os primeiros anos do projecto.

Desta forma, o município de Belmonte, enquanto território maioritariamente rural, deverá considerar as orientações estratégicas no âmbito da PAC mas também do Programa Europeu para o Desenvolvimento Rural 2014-2020³ que apresenta como prioridades:

- a Transferência de Conhecimento (promover a inovação e a base de conhecimento em áreas rurais; reforçar a ligação entre investigação e inovação, e agricultura e silvicultura; e promover a aprendizagem e formação ao longo da vida dos sectores agrícola e florestal);
- a Competitividade (facilitar a restruturação das explorações que enfrentam grandes desafios estruturais, nomeadamente explorações com baixa absorção pelo mercado, ou explorações que operam em mercados específicos, ou explorações com necessidade de diversificação da sua produção; equilibrar a estrutura etária do sector agrícola);
- a Cadeia Alimentar (melhorar a integração dos produtos primários na cadeia alimentar por via da qualidade, da promoção em mercados locais, em redes de abastecimento, grupos de produtores e outras organizações; apoiar a gestão de risco nas explorações);
- os **Ecossistemas** (restaurar e preservar a biodiversidade principalmente da Rede Natura e em áreas protegidas de elevado valor natural e agrícola e o estado das paisagens europeias; melhorar a gestão da água; e melhorar a gestão dos solos);
- a **Eficiência de Recursos** (aumento da eficiência no uso da água; aumento da eficiência no uso da energia na agricultura e processamento de alimentos; facilitar o fornecimento e uso de fontes renováveis de energia e resíduos; reduzir as emissões de óxido nitroso e metano da agricultura; promover a recolha de carbono na agricultura e silvicultura);
- e a **Inclusão Social** (facilitar a diversificação e criação de novas pequenas empresas, com consequente criação de emprego; promover o desenvolvimento local nas áreas rurais; aumentar a acessibilidade, qualidade e utilização das TIC nas zonas rurais).

1.3. População e habitação:

Portugal apresenta mutações demográficas de ampla escala e com importantes repercussões ao nível social, económico e cultural. A evolução demográfica em Portugal nos últimos anos caracterizou-se por um gradual aumento do peso dos grupos etários mais séniores e uma redução do peso da população jovem. As projeções oficiais disponíveis indicam uma dinâmica populacional sem precedentes na história portuguesa, com um crescente peso das populações com idade superior a 65 anos e uma redução secular do peso da população ativa.

O efeito combinado da diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade ao longo das últimas décadas tem vindo a alterar o perfil demográfico da população portuguesa, cujo traço mais marcante é o progressivo envelhecimento. Transitou-se de um modelo demográfico caracterizado por altos níveis de fecundidade e mortalidade, para um modelo de níveis baixos

³ Gabinete de Planeamento e Políticas (2012), *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 - Documento de Orientação*.







dos mesmos a que se acrescenta um aumento generalizado da esperança média de vida. Neste processo, observa-se um estreitamento relativo da base da pirâmide etária e a um alargamento do topo, ou seja menor peso de efectivos populacionais jovens e aumento relativo de efectivos populacionais idosos.

	População residente	Taxa de variação					
	População - Total		Taxa de variação da população intercensitária		estimada	da população	
	2011	2001	2011	2001	2012	2012	
	N.º N.º		%	%	N.º	%	
Beira Interior Norte	104.417	115.325	-9,5	-2,6	101.577	-1,60	
Guarda	42.541	43.822	-2,9	13,8	41.549	-1,38	
Sabugal	12.544	14.871	-15,7	-12,1	12.146	-1,67	
Cova da Beira 87.869 93.579		93.579	-6,1	0,5	85.769	-1,36	
Belmonte	Belmonte 6.859 7.592		-9,7	2,4	6.723	-1,26	
Covilhã	51.797	54.505	-5,0	0,9	50.486	-1,40	
Fundão	29.213	31.482	-7,2	-0,6	28.560	-1,32	

Fonte: CCDR-C

	Densi popula		Taxa de crescim	ento da	Propor popula jovem		Indice de envelhec		depend		Taxa br natalid		Taxa br mortali	
			popula	_										
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	N.º/km²	N.º/km	%	%	%	%	N.º	N.º	N.º	N.º	‰	‰	‰	‰
Beira Interior Norte	25,0	25,4	-1,04	-0,84	11,2	11,4	248,9	243,3	64,1	64,4	5,8	6,3	16,2	14,7
Guarda	58,3	59,2	-0,53	-0,24	13,2	13,5	156,3	151,8	51,4	51,7	7,2	7,7	12,5	10,1
Sabugal	14,8	15,0	-1,76	-1,97	7,7	7,7	509,4	511,4	89,2	90,0	5,1	3,9	22,8	23,7
Cova da Beira	62,4	63,3	-0,75	-0,60	12,0	12,1	207,8	204,5	58,7	58,5	6,1	6,9	13,6	12,9
Belmonte	56,6	57,3	-0,99	-0,69	11,5	11,7	218,6	216,1	57,4	58,7	6,4	6,7	16,3	13,6
Covilhã	90,9	92,1	-0,61	-0,52	12,2	12,2	196,4	192,7	56,4	55,5	6,4	6,8	12,5	12,0
Fundão	40,8	41,3	-0,93	-0,71	11,9	12,1	225,9	222,9	63,5	64,2	5,6	7,1	14,9	14,3

Fonte: CCDR-C

O cenário nacional replica-se também ao nível regional. Nos territórios do interior, esta tendência tem-se revelado mais expressiva. Especificando o concelho de Belmonte e concelhos vizinhos, e pela análise dos quadros infra, constata-se que Belmonte foi o concelho da Cova da Beira que mais população perdeu entre os censos de 2001 e 2011, com uma variação na ordem dos 10 p.p., apresentando no entanto uma menor variação do que o concelho do Sabugal, com uma variação superior a 15%. A população residente estimada para 2012, ficou-se pelos 6.723, com uma variação comparativamente a 2011 de -1,26 p.p., sendo o território com menor variação registada. Estes valores estão em consonância com a taxa de crescimento natural da população registada nos últimos anos (2011 e 2012), que revela um decréscimo acentuado de







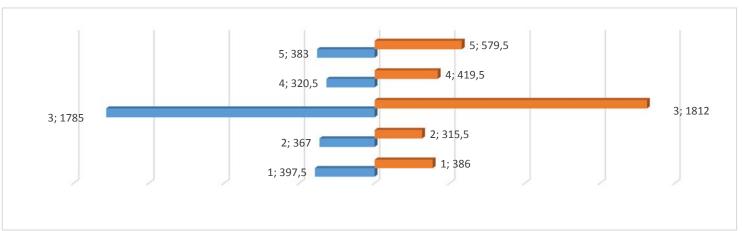
ano para ano, com destaque para os concelhos de Sabugal e Belmonte, onde as taxas de decréscimo foram de 1,76% e 0,99%, respectivamente. Este decréscimo da população resulta de taxas de natalidade e de mortalidade cada vez menores, dando origem a um saldo negativo. Ainda assim, ao nível da taxa de natalidade, em 2012 Belmonte igualou o concelho da Covilhã, registando valores inferiores aos apresentados apenas pelo concelho da Guarda. Quanto à taxa de mortalidade, o concelho de Belmonte é o segundo território com a maior taxa registada para 2012, sendo apenas ultrapassado pelo concelho do Sabugal, com uma taxa de 22,8‰.

Relativamente à densidade populacional, em 2012 Belmonte apresentou 56,6 pessoas por Km2, registando um valor inferior à densidade populacional da Covilhã, e à média registada na NUT III Cova da Beira. No contexto dos concelhos vizinhos, apenas Fundão e Sabugal apresentam uma densidade populacional inferior à registada por Belmonte.

Ao nível da estrutura populacional, verifica-se que a população jovem (com idade inferior a 14 anos) do concelho de Belmonte é cada vez menos representativa na população residente. Saliente-se no entanto que em 2012, foi o concelho do Sabugal que apresentou menor proporção de população jovem.

Analisando o índice de envelhecimento nos anos de 2001 e 2012, verifica-se que este tem vindo a aumentar em todos os territórios, com a excepção do concelho do Sabugal que registou uma ligeira diminuição. Ainda assim, o índice de envelhecimento registado no ano de 2012 pelo concelho de Belmonte é inferior aos índices registados pelos concelhos do Fundão e do Sabugal.

Pirâmide etária, 2012 (№)



Fonte: INE, tratamento GLOBAL CHANGE® Fluxphera

Analisando a pirâmide etária do concelho para o ano de 2012, verifica-se que é o escalão etário 25-64 anos que acolhe maior número de indivíduos, dando-se destaque ao sexo feminino. Tal como se tem verificado a nível nacional, também o concelho de Belmonte tem apresentado de ano para ano uma maior proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, em relação à população mais jovem, com idade igual ou inferior a 24 anos. Estes resultados permitem concluir que há cada vez um envelhecimento mais evidente da população, com maior destaque para as populações do interior e rurais.

A dinâmica demográfica do concelho de Belmonte analisada anteriormente revela uma fraca capacidade de fixação de residentes, decorrente da baixa do crescimento natural com quebra acentuada na natalidade, mas também dos movimentos migratórios (para outras regiões ou







para fora do país). Cumulativamente, o envelhecimento populacional bastante expressivo compõe um cenário bastante preocupante para os próximos anos.

Relativamente à habitação, este é um elemento essencial da ocupação do território e do desenvolvimento dos aglomerados populacionais, assumindo um papel central na definição e na implementação de políticas sociais e marcando profundamente a qualidade de vida dos cidadãos.

O crescimento do parque habitacional entre 2001 e 2011 sofreu uma ligeira desaceleração em relação à década anterior. No entanto, em termos absolutos, foi superior ao crescimento verificado nas décadas de 1970-1981 e 1981-1991⁴, superando em todos os casos o crescimento do número de famílias clássicas.

Segundo as previsões do Euroconstruct, as perspetivas de evolução do sector da construção nacional até 2015 continuam a ser de diminuição na construção de edifícios, em especial nos edifícios de habitação.

74.429 69.584 44.461 41.249 18.676 20.001 14.528 18.168 17.292 19.376 15.099 4.210 3.956 Beira Guarda Sabugal Cova da Belmonte Covilhã Fundão Interior Beira Norte 2011 2001

Edifícios, 2001 e 2011 (Nº)

Fonte: CCDR-C

Na mesma linha de análise, registou-se no concelho de Belmonte um crescimento positivo entre 2001 e 2011 do parque habitacional, tal como em todos os concelhos vizinhos. O concelho de Belmonte foi o segundo concelho com maior taxa de variação, na ordem dos 6.4 p.p., sendo superior apenas no concelho a Covilhã (10,4 p.p.). A dinâmica registada no edificado, não foi contudo concordante com a dinâmica registada nas famílias ou na população residente, uma vez que a população residente registou diminuições nos anos referidos.

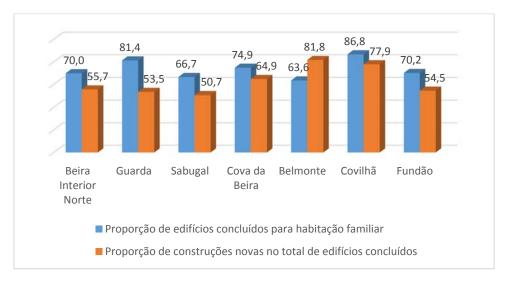
⁴ INE, I.P., Lisboa · Portugal (2013), "O Parque Habitacional e a sua Reabilitação - Análise e Evolução - 2001-2011".







Proporção de edifícios concluídos para habitação familiar/Proporção de construções novas no total de edifícios concluídos, 2012 (%)



Fonte: CCDR-C

O gráfico supra, indica que ano de 2012, apenas 63,6% dos edifícios intervencionados e concluídos no concelho de Belmonte tinham como principal objectivo, a habitação familiar. Esta média é a mais baixa dos territórios em análise.

Nos últimos anos o sector da construção em Portugal tem estado vocacionado maioritariamente para a realização de obras de construção nova. Dos edifícios intervencionados e concluídos no concelho de Belmonte, mais de 80% correspondem a novas construções, superando as proporções apresentadas nos restantes concelhos vizinhos.

	Índice de envelhecimento dos edifícios	Proporção de edifícios muito degradados	Proporção de edifícios com necessidades de reparação	Proporção de edifícios com recolha de resíduos urbanos
	2011	2011	2011	2011
	%	%	%	%
Beira Interior Norte	207,9	1,3	27,6	92,0
Guarda	177,5	1,6	28,4	92,4
Sabugal	205,7	0,4	23,2	92,4
Cova da Beira	208,9	1,7	27,8	89,8
Belmonte	145,0	1,1	24,5	81,3
Covilhã	255,0	2,4	30,9	91,1
Fundão	175,3	1,0	24,8	90,1

Fonte: CCDR-C





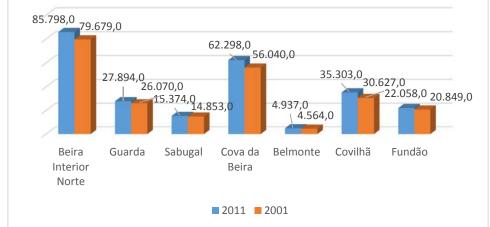


Em 2011, o índice de envelhecimento dos edifícios⁵ revelou-se bastante acentuado em todo o território em análise. No entanto, o concelho de Belmonte apresentou o menor valor, ficando abaixo das médias das NUTS III Cova da Beira e Beira Interior Norte. Quanto aos edifícios muito degradados, Belmonte apresentou uma proporção inferior às médias das NUTS III, no entanto os seus valores foram superiores aos registados pelos concelhos do Sabugal e do Fundão. Belmonte foi também o concelho que registou uma proporção de edifícios a necessitar de reparação mais baixa, apenas superada pelo concelho do Sabugal.

É importante também referir que em 2011, a maioria dos edifícios apresentava recolha de resíduos urbanos. No entanto, o concelho de Belmonte foi o que apresentou menor proporção, situando-se nos 81,3%.

Alojamentos, 2001 e 2011 (Nº)

62.298,0 56.040,0



Fonte: CCDR-C

	Taxa de variação dos alojamentos	Alojamentos por edifício	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos	Renda média mensal
	2001-2011	2011	2011	2011
	%	Nο	%	€
Beira Interior	7,7	1,2	12,8	198,4
Norte				
Guarda	7,0	1,4	11,7	226,5
Sabugal	3,5	1,0	7,8	183,8
Cova da Beira	11,2	1,4	15,0	159,1
Belmonte	8,2	1,2	13,7	163,5
Covilhã	15,3	1,6	14,8	148,5
Fundão	5,8	1,2	15,7	192,0

Fonte: CCDR-C

⁵ (Edifícios construídos até 1960/ Edifícios construídos após 2001)*100





18



Relativamente a alojamentos, e na mesma linha do edificado, também se verificou um aumento significativo entre os anos de 2001 e 2011, com destaque para os concelhos da Covilhã e Belmonte, com variações na ordem dos 15 p.p. e 8 p.p., respetivamente. Quanto a alojamentos por edifício, Belmonte registava em 2011 uma média de 1,2 alojamentos por edifício, igualando a média do Fundão e superando a média do Sabugal. Analisando os alojamentos familiares clássicos, verifica-se que Belmonte registou em 2011, a menor proporção comparativamente aos seus vizinhos da sub-região da Cova da Beira, ainda que esta proporção seja superior à dos concelhos vizinhos a norte. Do ponto de vista dos valores médios das rendas mensais, Belmonte é o segundo concelho da Cova da Beira com valores mais elevados, superando os valores médios do concelho da Covilhã. No entanto, no contexto dos vizinhos da NUT III Beira Interior Norte, a média do concelho de Belmonte revelou-se mais baixa.

Valor médio dos prédios urbanos transacionados, 2012 (Euros)



Fonte: CCDR-C

Contrariamente aos valores médios das rendas mensais, o valor dos prédios urbanos transacionados em 2012, posicionou o concelho de Belmonte no segundo valor mais baixo dos cinco concelhos em análise. Saliente-se que no território da Cova da Beira, Belmonte apresentou valores significativamente menores que os praticados pelo Fundão e principalmente pela Covilhã, onde o valor médio é praticamente o dobro do verificado em Belmonte. Este fator poderá ser diferenciador na fixação e captação de novos residentes, principalmente em relação aos restantes municípios do território da Cova da Beira.

Apesar do valor médio das rendas mensais poder constituir uma barreira à fixação de população residente, a opção de compra de habitação própria aliado às boas vias de comunicação entre os concelhos mais próximos, podem por exemplo levar à atracção de pessoas que hoje habitam na Guarda. O concelho de Belmonte apresenta assim condições mais favoráveis, constituindo-se como uma alternativa viável na escolha do local de residência.



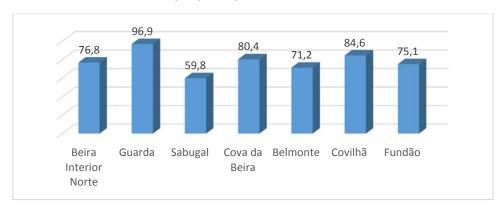




1.4. Atividades económicas e emprego:

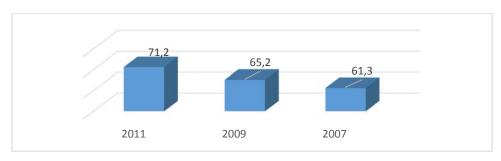
Belmonte é um concelho marcadamente rural, apresentando todos os traços socioeconómicos que usualmente caracterizam as economias rurais, nomeadamente população envelhecida e com baixos níveis de escolaridade, poder de compra *per capita* inferior às zonas urbanas e estrutura económica pouco especializada.

Poder de Compra per capita, 2011 (% do PIB nacional)



Fonte: CCDR-C

Poder de compra per capita de Belmonte, 2007, 2009 e 2011 (% do PIB nacional)



Fonte: CCDR-C

Os gráficos supra, revelam que em 2011 o concelho de Belmonte apresentava o menor poder de compra *per capita* comparativamente com a sub-região da Cova da Beira. Ainda assim, superou a média registada pelo concelho do Sabugal. A dinâmica recente permitiu melhorar este indicador ao longo dos anos, mas está ainda substancialmente distante do que tem acontecido nos restantes concelhos vizinhos, nomeadamente da Cova da Beira.







Estrutura Económica de Belmonte, 2011 (Nº)



Fonte: INE

Do ponto de vista da estrutura económica, em 2011 Belmonte apresentava como principais sectores de atividade o comércio, a construção, o alojamento e restauração, e a agricultura, representando estes sectores cerca de 60% das empresas sedeadas neste território. A indústria transformadora apenas representava 7% da estrutura empresarial do concelho.







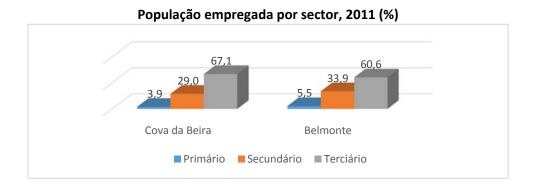
População empregada em Belmonte por tipologia de actividade, 2011 (Nº)



Fonte: PORDATA

Os sectores de atividade mais representativos da estrutura económica do concelho são também os maiores empregadores⁶, tal como demonstra o gráfico supra. Em 2011, o comércio absorveu 20% da população empregada, seguido da construção com 16%, e da atividade de alojamento, restauração e similares com 7%.

É ainda importante referir que, apesar de o concelho de Belmonte ser um território rural, onde em regra a agricultura ocupa lugar de destaque ao nível económico, esta atividade assume uma vertente ocupacional e de subsistência com impacto residual na atividade económica e no emprego, e está associada à atividade dos mais velhos.



⁶ Desconhece-se o número de população empregada em algumas das atividades indicadas na estrutura produtiva.



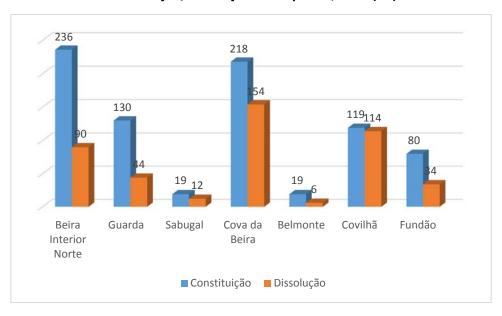
GLOBAL CHANGE® Fluxphera 22



Fonte: PORDATA

Na mesma linha de análise, constata-se no gráfico supra que em 2011 o sector terciário foi o mais relevante, absorvendo mais de 60% da população empregada no concelho de Belmonte. Este é também o sector mais significativo em todo o território da Cova da Beira. Saliente-se ainda o facto do sector secundário representar apenas 7% das empresas sedeadas em Belmonte, mas ainda assim representar cerca de 33% da população empregada. Por outro lado, o sector primário, onde se inclui a agricultura, apenas absorveu 5,5% da população empregada. Este valor está associado a uma agricultura ocupacional e de subsistência com impacto residual na atividade económica e no emprego, sendo uma atividade assumida pelos mais velhos.

Constituição/dissolução de empresas, 2013 (Nº)



Fonte: INE

Analisando a dinâmica empresarial, no ano de 2013 todos os territórios em análise apresentaram saldo positivo no que respeita à criação de empresas. No concelho de Belmonte, a par com o do Sabugal, foram criadas 19 empresas. Relativamente a dissoluções registadas, o concelho de Belmonte foi o concelho com menos encerramento de empresas, registando no entanto o menor saldo positivo (5). O concelho da Guarda apresentou os melhores resultados, com 130 novas empresas a que correspondeu um saldo positivo de 86 empresas.







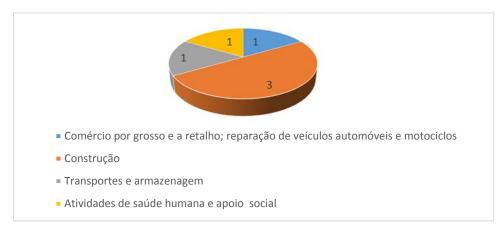
Criação de empresas em Belmonte, 2013 (Nº)



Fonte: INE

O gráfico supra revela que em 2013 foram criadas 19 empresas no concelho de Belmonte, com principal enfoque nas atividades de agricultura (6) e do comércio (6).

Encerramentos de empresas em Belmonte, 2013 (Nº)



Fonte: INE

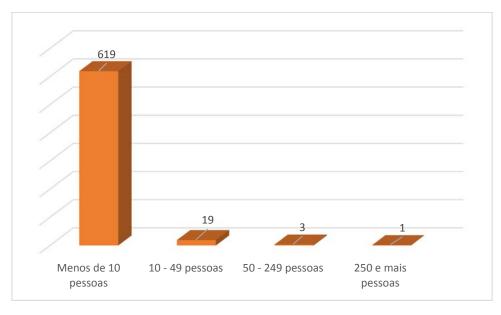
Relativamente aos encerramentos, registaram-se 6 encerramentos, 3 dos quais no sector da construção. Ainda assim, o concelho de Belmonte apresentou um saldo anual positivo.







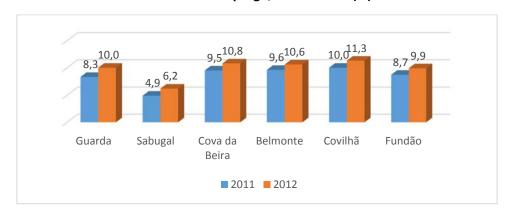




Fonte: INE

Quanto à dimensão, os dados revelam que das 642 empresas sedeadas em Belmonte em 2011, 619 eram consideradas "micro-empresas", 19 eram "pequenas empresas", 3 foram consideradas como "médias empresas" e apenas 1 das empresas assumiu o estatuto de "grande empresa".

Taxa de desemprego, 2011 e 2012 (%)



Fonte: PORDATA

A grave crise económica instalada em Portugal nos últimos anos tem sido a principal causa para o constante aumento do desemprego nacional. Também o concelho de Belmonte tem vindo a registar sucessivos aumentos da população desempregada. A taxa de desemprego verificada em 2012 apenas foi inferior à registada pelo concelho da Covilhã, os restantes concelhos vizinhos registaram taxas inferiores, apesar de registarem aumentos mais significativos de 2011 para 2012.







1.5. Educação e Formação:

A educação assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento económico e social das sociedades modernas. Um crescimento económico sustentável requer uma população com um elevado nível de escolaridade.

Ao longo de mais de dois terços do século XX o nível educativo médio dos portugueses não foi além dos quatro anos de escolaridade⁷. No início dos anos 80 a população portuguesa caracterizava-se por níveis extremamente baixos de escolarização. Cerca de 80% dos indivíduos apresentava no máximo 4 anos de escolaridade subsistindo perto de 20% de analfabetos. A percentagem de população com ensino superior representava menos de 2%. A baixa escolarização verificava-se também na população ativa, com mais de 80% dos indivíduos a apresentarem no máximo 6 anos de escolaridade.

O aumento da escolaridade obrigatória de 6 para 9 anos em 1986 implicou uma mudança significativa da distribuição da escolarização da população (total e ativa) nas últimas décadas.

De acordo com os dados do INE, entre os Censos de 1981 e os Censos de 2001, a percentagem de indivíduos ativos com um máximo de 6 anos de escolaridade diminui 30 p.p. e a percentagem de indivíduos em idade ativa com 12 anos ou mais de escolaridade aumentou 20 p.p..

Entre 1991 e 2010, a população com um nível de escolaridade inferior ao secundário diminuiu 18 p.p. em Portugal⁸.

Analisando os indicadores ao nível do concelho de Belmonte, verifica-se que população para além de envelhecida é pouco qualificada, em virtude também de uma atividade económica onde não é reconhecido à educação formal um papel essencial.

38,3 34,2 31.1 30.7 29.9 27,1 25,7 24. 20,9 5,87,0 18,0 17 16,3 14, 13,9 13.2 2 3 7 1 4 5 6 ■ Série1 ■ Série2 ■ Série3 ■ Série4 ■ Série5 ■ Série6

Nível de escolaridade, 2011 (%)

Fonte: PORDATA

O gráfico supra revela que no ano de 2011, 34% da população apenas completou o 1º ciclo do Ensino Básico, e apenas 13% concluiu o ensino secundário. É ainda de salientar que 16,3% da

⁸ OECD (2012), Education at a Glance 2012: Highlights, OECD Publishing





⁷ Alves, Nuno; Centeno, M.; Novo, A. (2010). *O Investimento em educação em Portugal: retornos e heterogeneidade*. Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal



população não apresentava qualquer nível de escolaridade e que Belmonte apresentou a proporção da população com ensino superior completo mais baixa dos concelhos da Cova da Beira. Comparativamente, dos concelhos vizinhos apenas Sabugal apresenta valores superiores para a população com níveis de escolaridade mais baixos. Sabugal apresenta também a proporção mais baixa de população com o ensino mínimo obrigatório e ensino superior completo.

A vertente de cursos de dupla certificação (escolar e profissional) são cada vez mais uma opção para completar o ensino secundário, mas também adquirir competências específicas que permitem uma maior integração no mercado de trabalho.

Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular/Taxa de participação em cursos profissionais de dupla certificação, 2010/2011 (%)



Fonte: INE

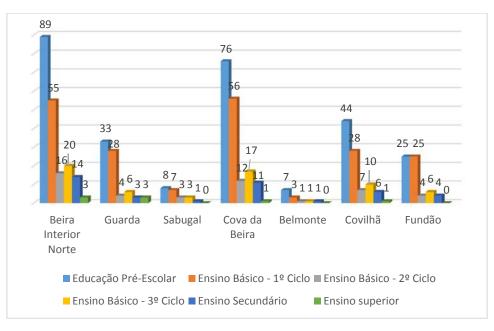
O gráfico supra revela isso mesmo, pois no ano escolar 2010/2011, os cursos de dupla certificação orientados para jovens apresentaram uma maior participação em todos os territórios de análise em comparação com os cursos profissionais no ensino secundário regular. No caso concreto do concelho de Belmonte, mais de 50% dos alunos inscritos no ensino secundário frequentavam cursos de dupla certificação orientados para jovens.











Fonte: PORDATA

Analisando os estabelecimentos de ensino existentes no ano de 2012, Belmonte apenas representa 7,5% da totalidade no território da Cova da Beira. Comparativamente com os concelhos vizinhos, Belmonte é o concelho que apresenta menor número de estabelecimentos em todos os níveis de ensino.

1.6. <u>Coesão Social e Qualidade de Vida</u>

O posicionamento do concelho de Belmonte no conjunto das NUT III Cova da Beira e Beira Interior Norte traduz-se também na tipologia de principais problemas de ordem social que aqui encontramos.

A população envelhecida e maioritariamente desqualificada dispõe de poucos recursos para fazer face às suas vulnerabilidades.

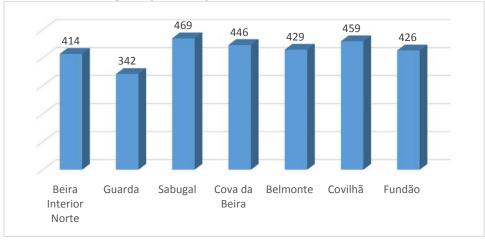
O índice de envelhecimento e a taxa de natalidade apresentados anteriormente revelam que o concelho apresenta um acelerado envelhecimento populacional com consequências directas no número de pensionistas residentes.







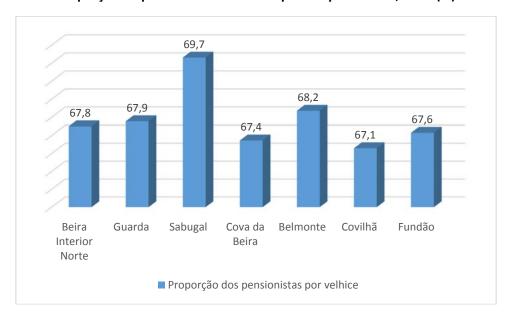




Fonte: CCDR-C

Ainda assim, em 2012 o concelho de Belmonte ocupa o 3º lugar comparativamente com os concelhos vizinhos, apresentado uma proporção maior do que apenas Fundão e Guarda.

Proporção de pensionistas a receber pensão por velhice, 2012 (%)



Fonte: CCDR-C

O gráfico supra revela que dos pensionistas registados na Segurança Social em 2012, mais de 60% recebiam pensão por velhice.

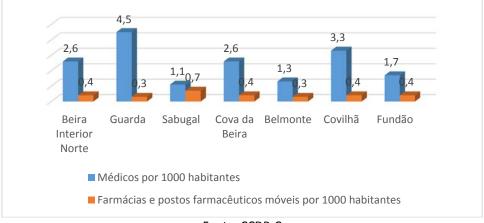
Sendo uma população idosa naturalmente mais necessitada de cuidados médicos, importa também conhecer a realidade territorial ao nível do acesso a este tipo de cuidados.









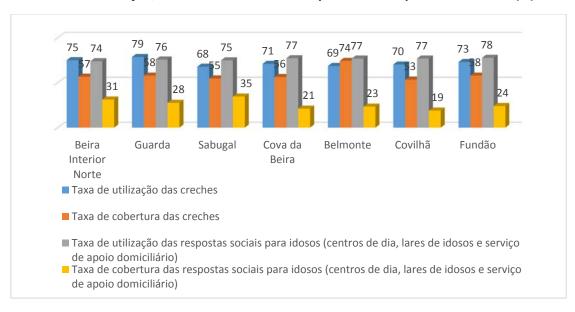


Fonte: CCDR-C

O concelho de Belmonte apresenta como hospital de referência o Hospital Pêro da Covilhã (Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE) e o Centro de Saúde de Belmonte, com extensões de saúde em Caria, Monte do Bispo, Carvalhal Formoso, Inguias, Colmeal da Torre, Maçainhas e Gaia. Ainda assim, o concelho de Belmonte é o concelho da Cova da Beira com menos médicos por habitante, como demonstra o gráfico supra, ocupando a segunda posição quando comparado com os concelhos vizinhos. Relativamente ao acesso a farmácias e postos farmacêuticos, os concelhos considerados apresentam valores similares salientando-se apenas o concelho do Sabugal com uma relação de 0,7 estabelecimentos por 1000 habitantes.

Relativamente à rede social, e de acordo com a Carta Social, o concelho de Belmonte disponibiliza duas Creches com valência também de Centro de Atividade de Tempos Livres nas freguesias de Belmonte e Caria; um Centro de Convívio para Idosos na freguesia de Belmonte, quatro Centros de Dia com serviço de apoio domiciliário nas freguesias de Belmonte, Caria, Colmeal e Maçainhas; e dois Lares de Idosos sedeados nas freguesias de Belmonte e Caria.

Taxa de utilização/cobertura de creches e respostas sociais para idosos, 2012 (%)



Fonte: CCDR-C







No entanto, o gráfico supra revela que em 2012, a rede de creches do concelho de Belmonte apenas cobria 74% do território, ainda que a sua taxa de ocupação ficasse abaixo dos 70%. Conclui-se assim que apesar da capacidade instalada ser reduzida, é excedentária em relação às suas necessidades. O mesmo cenário está também presente nos equipamentos sociais de apoio à pessoa idosa disponíveis no concelho, verificando-se uma reduzida taxa de cobertura territorial, mas que ainda assim apresenta taxas de utilização na ordem dos 77%. Este paradigma replica-se nos restantes concelhos da Cova da Beira e nos vizinhos na Beira Interior Norte (Guarda e Sabugal).

755,3 738,6 717,8 560,3 479,7^{483,8} 546,0 | 529,7 491,8 491,9 456,3 465,1 387,1 400,1 319.7 301,7 281,1 252,2 319,0 | 318,7 Beira Guarda Sabugal Cova da Belmonte Covilhã Fundão Interior Beira Norte 2011 2010 2009

IRS per capita, 2009, 2010 e 2011 (Euros)

Fonte: CCDR-C

Os dados apresentados no gráfico supra revelam que nos últimos anos, não se estabeleceu um padrão relativamente à contribuição para o IRS per capital, uma vez que nos concelhos do Fundão e Sabugal se registou um aumento entre os anos em análise, e nos concelhos de Covilhã e Guarda se registou um aumento do anos de 2009 para 2010, tendo-se verificado uma ligeira quebra no ano de 2011. No concelho de Belmonte o valor *per capita* mantém-se praticamente inalterado de ano para ano.

Na análise da qualidade de vida, apresentam-se os dados relativos à população servida por estações de tratamento de águas residuais, à proporção de água segura para consumo humano e também a proporção de resíduos urbanos recolhidos de forma seletiva.

	População servida por	Proporção de	Proporção de resíduos
	Estações de	água segura para	urbanos recolhidos
	tratamento de águas	consumo	seletivamente
	residuais	humano	
	2009	2012	2012
	%	%	%
Belmonte	59	98,4	11

Fonte: INE

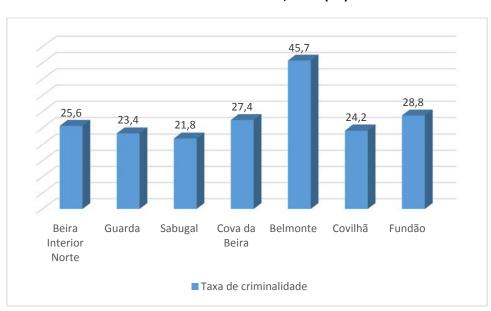






Ao nível do tratamento de águas residuais, no ano de 2009, apenas 59% da população de Belmonte era servida por estações de tratamento. Quanto ao consumo de água, 98,4% é considerada segura para consumo humano. A recolha seletiva de resíduos urbanos apenas representou 11% da totalidade de resíduos urbanos recolhidos, denotando ainda alguma falta de consciencialização em relação à separação de lixo e reciclagem de materiais.

Outro facto determinante da qualidade de vida prende-se com o nível de criminalidade.



Taxa de criminalidade⁹, 2012 (%)

Fonte: CCDR-C

Pela análise do gráfico supra, constata-se que em 2012 Belmonte foi o concelho com a taxa de criminalidade mais elevada comparativamente aos restantes territórios em análise (45,7‰), registando uma diferença considerável com os restantes concelhos da Cova da Beira.

1.7. História, turismo e dinâmicas Culturais

O concelho de Belmonte tem uma história riquíssima, e que atualmente permite classificar este território como de elevado potencial cultural e turístico, com inúmeros monumentos históricos e produtos tradicionais.

⁹ Número de crimes registados pelas autoridades policiais/População Residente x 1000









A vila de Belmonte teve foral em 1199 e situa-se no panorâmico Monte da Esperança (antigos Montes Crestados), onde foi construído nos finais do séc. XII o seu castelo que juntamente com os castelos de Sortelha e Vila de Touro, formaram até à assinatura do Tratado de Alcanices (1297), a linha defensiva do Alto Côa, apoiada na retaguarda pela muralha natural da Serra da Estrela e pelo Vale do Zêzere.

No séc. XIII atesta-se a existência de uma já próspera comunidade Judaica, responsável pela existência de uma sinagoga de que resta uma inscrição datada de 1296, que provavelmente viveria numa judiaria localizada no atual bairro de Marrocos. Em consequência da expulsão dos judeus de Espanha em 1492, pelos Reis Católicos é provável que esta comunidade tenha aumentado, até que em 1496, D. Manuel I decreta a conversão forçada ao catolicismo, seguindo-se uma série de perseguições e a criação de uma comunidade cripto-judaica que sobreviveu ao longo dos séculos, mantendo os seus rituais e tradições.

Em 1989 foi oficialmente criada a comunidade judaica de Belmonte, cuja sinagoga foi inaugurada em 1997, atualmente é uma das poucas comunidades com Rabi.



Do Monte da Esperança avista-se o Vale do Zêzere e os encantos e mistérios da Torre de Centum Cellas, cruzando pontes, aldeias com belos solares e histórias de minas antigas.

Dos monumentos históricos existentes no concelho, refere-se a estátua de Pedro Álvares Cabral situada no Largo António José de Almeida, a 100 metros dos Paços do Concelho. Na belíssima Praça da

República, destaca-se o edifício da antiga Câmara, com a torre do relógio e onde se localiza o Posto de Turismo, o pelourinho quatrocentista e, em redor, um notável conjunto de casas onde se comercializa o artesanato local e da Serra da Estrela.







Como principal atração, o Castelo de Belmonte é formado pela Torre de Menagem, vestígios da antiga alcaidaría (Paço dos Cabrais) e um moderno anfiteatro ao ar livre, rodeado por imponentes muralhas. Da janela Manuelina, verdadeira jóia granítica, pode-se contemplar a Serra da Estrela em toda a sua extensão. À saída do Castelo, em frente, encontram-se as capelas de Santo António (séc. XVI) e do Calvário (séc. XIX) e, à direita, a cruz de



madeira de Pau Santo do Brasil (réplica da que foi mandada levantar por Cabral na 1ª missa celebrada no Brasil), oferecida nos anos 50 pelo presidente brasileiro Kubichek de Oliveira.

Outro ponto de referência é a Igreja de S. Tiago, românica, onde se encontra a capela mor, com diferentes camadas residuais de frescos sobrepostos, que terão sido elaborados nos sécs. XVI, XVII e XVIII. O altar lateral, também conhecido por capela de N.ª Sr.ª da Piedade, constitui uma



preciosa peça gótica com capitéis finamente trabalhados, e onde se guarda o túmulo de Maria Gil Cabral, fundadora da capela nos finais do séc. XIV, e ainda uma raríssima Pietá de granito policromado.

No Panteão dos Cabrais, encontra-se um túmulo com alguns restos mortais de Pedro Álvares Cabral, para além de outros da mesma família. Todo este conjunto religioso é concluído pela torre sineira. No

altar lateral da Igreja da Sagrada Família, encontra-se a famosa imagem de N. Sr.ª da Esperança que segundo a tradição terá acompanhado Álvares Cabral ao Brasil.

Junto à Câmara Municipal é possível admirar o magnífico vale do Rio Zêzere, com o seu leito largo e arenoso, rodeado de amieiros, campos verdes e frondosos pomares de macieiras e pessegueiros.

À entrada da povoação de Colmeal da Torre situa-se a Estação Arqueológica Romana de Centum Cellas, antiga villa romana do século I d.C., ligada à exploração agrícola e mineira da região. Além da altiva e fabulosa construção denominada Torre que se conserva, constituída por enormes silhares graníticos, propositadamente feitos para encaixarem uns nos outros, as escavações em curso puseram à vista a planta do resto do edifício e as suas diferentes fases de



construção. A aldeia de Maçaínhas é uma típica aldeia rural em perfeita harmonia com a paisagem natural em que se implanta.

Em Caria, uma vila nobre e antiga do concelho de Belmonte, situa-se a Casa da Torre, antiga residência de Verão dos Bispos da Guarda, mandada construir em 1322. Logo ao lado a Igreja Matriz da Imaculada Conceição, barroca, dos inícios do séc. XVIII, com um notável altar de talha







dourada, finamente elaborada, com teto de caixotões com trinta e dois retábulos pintados. Outro ponto de referência é o Solar dos Condes de Caria do séc. XIX.

Como pontos de interesse referem-se também a Antiga Judiaria, a Sinagoga, a Igreja de Santiago e Panteão dos Cabrais, o Museu Judaico, o Museu à descoberta do novo mundo, o Ecomuseu do Zezêre, o Museu do Azeite e a Quinta da Fórnea.



Complementando todos este património histórico, este concelho oferece ainda produtos gastronómicos que caracterizam este território, como as trutas, o arroz de lebre no pote de ferro, a caldeirada de cabrito ou o cabrito assado, e as tradicionais papas de carolo.

Para além do património histórico que se poderá visitar todo o ano, Belmonte tem ainda algumas iniciativas culturais que ao longo dos últimos anos têm dado a conhecer este território tão único a cada vez mais visitantes.

Em Agosto realiza-se a Feira Medieval do Artesão de Belmonte, que decorre anualmente desde 2003, com diversas atividades tradicionais e produtos locais recriando o ambiente da Idade Média.

medievais, proporcionando aos mais de 30.000 visitantes a experiência de viverem a recriação de vários episódios e acontecimentos que marcaram a história do concelho.



É também em finais de Agosto que anualmente se realiza a romaria à pequena ermida de Nossa Senhora da Estrela, onde foi encontrado recentemente um altar romano dedicado a Júpiter, e em cujas imediações já foram identificadas cinco estações arqueológicas romanas.







1.8. Matriz SWOT

Nas páginas seguintes apresentam-se alguns elementos de síntese do diagnóstico realizado, adoptando a metodologia SWOT 10 .

Pontos Fortes

- ✓ Amplo território rural, com valor paisagístico;
- ✓ Algum dinamismo associativo;
- ✓ Feira Medieval como fenómeno cultural com alguma força e capacidade de atração de pessoas ao concelho;
- ✓ Potencial turístico;
- ✓ Razoável cobertura educativa;
- ✓ Boa cobertura de equipamentos sociais;
- Existência de dinâmicas de afirmação e valorização da cultura tradicional e da identidade local que, estimuladas, se poderão revelar um ativo cultural mobilizável para a sua projeção face ao exterior;
- ✓ Valor médio para compra de habitação mais competitivo comparativamente com os concelhos vizinhos;

Pontos Fracos

- Localização periférica relativa aos grandes centros urbanos;
- Debilidade nas infraestruturas rodoviárias e ferroviárias de ligação ao restante território nacional e morosidade da concretização do plano de acessibilidades;
- Inexistência de uma via de acesso rápida que permita o desenvolvimento de um eixo urbano Belmonte-Covilhã-Fundão;
- Pequena dimensão do concelho;
- Acentuado envelhecimento populacional;
- Abandono dos espaços rurais;
- Elevados fluxos migratórios;
- Estrutura económica pouco diversificada;
- Preço elevado das rendas para habitação, comparativamente com municípios vizinhos;
- Reduzida oferta de atividades de animação e de atividades complementares, com notória falta de capacidade empreendedora endógena para aproveitamento dos recursos existentes (fortes barreiras ao empreendedorismo inovador);
- Fraca dinâmica do comércio local;
- Baixas qualificações escolares e profissionais da população ativa;
- População envelhecida e carenciada.

¹⁰ SWOT: do inglês Strengths (pontos fortes); Weaknesses (debilidades); Opportunities (oportunidades); Threats (ameaças).







Oportunidades

- → Território com elevado valor paisagístico, histórico, cultural e com oferta significativa de zonas de elevada tranquilidade para residir;

- → Potencial de desenvolvimento de serviços de apoio social e saúde sénior junto dos grandes centros urbanos e mercados Europeus de elevada maturidade.

Ameaças

- Debilidades económicas;
- Forte complexo de interioridade, (associado a um território desertificado e com população envelhecida e pouco qualificada, com fracas acessibilidades e fraco potencial económico);
- Concorrência de territórios mais competitivos e atrativos;

- Dinâmicas demográficas negativas: dificuldades na fixação e atração de população, especialmente jovem; presença significativa de população envelhecida;
- ✓ Diminuição da população estudantil;
- ← Crise económica global e, em particular, nas regiões do interior;
- ♂ Taxa de desemprego elevada;
- F Taxa de criminalidade superior à dos concelhos vizinhos.







2. Orientações estratégicas

A construção de uma visão estratégica para o desenvolvimento do município de Belmonte não pode deixar de considerar as orientações estratégicas europeias (Europa 2020), nacionais (Portugal 2020) e regionais (CRER 2020).

2.1. Europa 2020

A estratégia Europa 2020 define um novo caminho para a União Europeia (UE) relativamente às problemáticas do emprego e do crescimento, no sentido de conseguir uma diminuição das assimetrias, um aumento da coesão entre as regiões e um reforço do potencial de crescimento e de competitividade da Europa.

Assenta em três prioridades que se reforçam mutuamente:

- Crescimento inteligente baseado numa economia de conhecimento e inovação;
- Crescimento sustentável promovendo uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- Crescimento inclusivo fomentando elevados níveis de emprego e de coesão ao nível social e territorial.

Para além de assentar nestas três prioridades em termos de crescimento, a estratégia Europa 2020 consolida-se em cinco objetivos para a União Europeia, com metas específicas a alcançar em cada um dos estados membros:

- 1. Empregabilidade Meta nacional: 75% da população entre os 20 e os 64 anos empregada;
- 2. Intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D) Meta nacional: entre 2,7% e 3,3% do PIB deve ser investido em I&D;
- 3. Nível de educação Metas nacional: taxa de abandono escolar precoce inferior a 10%; pelo menos 40% da população com idade compreendida entre 30 e 34 anos, deve ter formação superior concluída;
- 4. Inclusão social Meta nacional: menos 200.000 pessoas em risco de pobreza ou exclusão social;
- 5. Clima e energia Metas nacionais: redução em 1% das emissões de gases com efeito estuda relativamente ao ano de 2005; 31% do total de energia consumida resultante de energias renováveis; aumento da eficiência energética em 20%.

Para atingir estes objetivos foi proposta uma agenda Europa 2020, onde se incluem iniciativas emblemáticas cuja execução constituirá uma prioridade partilhada com ações a todos os níveis, nomeadamente organizações à escala da UE, Estados-Membros, e autoridades locais e regionais:

- União da inovação recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios societais, colmatando o desfasamento existente entre ciência e mercado, transformando as invenções em produtos;
- ❖ Juventude em movimento reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente







- acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada;
- Agenda digital para a Europa retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade.
- ❖ Europa eficiente em termos de recursos apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020;
- Política industrial em prol do crescimento verde contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações, criando desta forma milhões de novos postos de trabalho;
- Agenda para novas qualificações e novos empregos criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers»;
- Plataforma europeia contra a pobreza assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

2.2. Portugal 2020

Na sequência das orientações Europeias quanto ao modelo de desenvolvimento e às prioridades de aplicação de fundos estruturais, cada Estado-membro iniciou os trabalhos no sentido da definição da respetiva arquitetura de aplicação dos fundos comunitários, mediante um Programa Nacional de Reformas (PNR).

No caso português, o foco do Programa Nacional de Reformas - Portugal 2020, é a identificação dos estrangulamentos nacionais ao crescimento e ao emprego e a consequente definição de linhas de reforma fortes e consistentes com o quadro macroeconómico.

Visa portanto, alterar as razões estruturais e conjunturais que justificaram a trajetória de ajustamento estrutural, promovendo a alteração dos paradigmas das políticas públicas de desenvolvimento, privilegiando:

- ❖ A mobilização dos parceiros económicos, sociais e territoriais;
- A criação de riqueza e de emprego pelas empresas e pelo investimento produtivo;
- ❖ A concretização do princípio da subsidiariedade;
- ❖ A focalização nos resultados;
- ❖ A concentração num número limitado de domínios de prioridade;
- A atenção, o apoio e o estímulo aos empreendedores e aos promotores de investimentos;
- O incentivo e o estímulo à cooperação e à integração entre atores e entidades;
- ❖ A coordenação e integração de intervenções e de financiamentos;
- A otimização da utilização, dos efeitos e dos impactos dos recursos financeiros públicos;
- ❖ A articulação acrescida entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias;
- ❖ A simplificação de procedimentos.







A estruturação da programação e implementação do Portugal 2020 respeita quatro domínios temáticos:

- Competitividade e Internacionalização;
- Inclusão Social e Emprego;
- Capital Humano;
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Apresenta também dois domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

Os quatro domínios temáticos configuram as quatro dimensões essenciais em que se podem sistematizar os principais domínios de constrangimentos de natureza estrutural e, como tal, de prioridade para a intervenção dos fundos.

O exercício de programação será efetuado tendo em consideração um conjunto de Objetivos Temáticos (OT) pré-definidos na Regulamentação Comunitária:

- OT1 Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- OT2 Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
- OT3 Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP);
- OT4 Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores;
- OT5 Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- OT6 Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;
- OT7 Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
- OT8 Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;
- OT9 Promover a inclusão social e combater a pobreza;
- OT10 Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;
- OT11 Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.

Cada um destes objetivos terá enquadramento nos domínios temáticos definidos no Portugal 2020, tal como demonstra a tabela infra.







	OT1	OT2	ОТЗ	OT4	OT5	ОТ6	ОТ7	ОТ8	ОТ9	0T10	OT11
Competitividade e Internacionalização	· ·	✓	√				√				✓
Inclusão Social e Emprego								✓	✓		
Capital Humano										✓	
Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos				√	✓	✓					

Para além dos quatro programas temáticos continuam a existir programas regionais (cinco no continente, dois para Açores e Madeira, três especificamente para o desenvolvimento rural e um programa para os assuntos marítimos e pescas).

Os programas operacionais regionais do Norte e Centro vão receber mais 25% de investimento do que no anterior quadro comunitário 2007-2013. O aumento para o programa regional do Alentejo é de 42%.

O investimento total apresentado no Acordo de Parceria à Comissão Europeia em Janeiro de 2014, é de cerca de 22 mil milhões de euros, em que mais de 40% está concentrado no domínio Competitividade e Internacionalização e mais de 93% será afeto às regiões menos desenvolvidas.

2.3. CRER 2020

Na sequência da perspetiva Comunitária e respetiva declinação nacional dos princípios na estruturação do próximo ciclo de programação 2014-2020, foi também desenvolvida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) uma estratégia de desenvolvimento regional para o futuro da Região Centro de Portugal - CRER 2020, decorrente da afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER).

Trata-se de uma estratégia regional que foi elaborada tendo em conta a mobilização ativa de todos os cidadãos, agentes locais, sub-regionais e regionais, bem como as fortes especificidades da Região Centro, embora dentro de uma morfologia que assegura a coerência interna de todas as opções tomadas, mas igualmente um forte alinhamento, de acordo com os modelos de governação multinível, face às prioridades nacionais assumidas para o período 2014-2020, e à Estratégia EUROPA 2020.

A Estratégia de Desenvolvimento Regional agora proposta incorpora, finalmente, uma visão aberta e dinâmica das estratégias de especialização inteligente decorrentes das abordagens RIS3¹¹. Define-se, assim, um caminho de reforço, à escala regional, entre o mundo da ciência, da tecnologia e da investigação e o mundo da conceção, produção e distribuição competitiva de bens e serviços. Com o objetivo de aumentar a capacidade de realização no plano da inovação,

¹¹ Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation)







mas também de alargar a possibilidade de internacionalização e colaboração em rede, enquanto garantia da valorização do conhecimento, junto de empresas na região, noutras regiões do país, na Europa e no Mundo. Por outro lado, procura-se garantir ao tecido empresarial da região o acesso alargado às suas necessidades de mobilização do conhecimento para melhorar e inovar nos seus processos e produtos e, desse modo, reforçar a competitividade.

Como prioridades temáticas, a estratégia CRER pretende:

- Sustentar e aumentar a criação de valor;
- ❖ Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão;
- Gerar, Captar e Reter Talento;
- Reforçar a Coesão Territorial;
- Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes;
- Consolidar a Capacitação Institucional;

Identificam-se também os domínios diferenciadores temáticos:

- Agricultura;
- Floresta;
- Mar;
- Turismo;
- ❖ TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica)
- Materiais
- Biotecnologia
- ❖ Saúde e Bem-Estar

A par destes domínios diferenciadores temáticos, foi possível, designadamente no decurso do já referido processo de auscultação dos agentes regionais e de abordagem RIS3, identificar as seguintes dimensões transversais prioritárias, enquanto domínios diferenciadores adicionais:

- Produtividade industrial sustentável
- Eficiência energética
- Inovação rural

A operacionalização da estratégia de desenvolvimento regional enunciada materializa-se na fixação de cinco Eixos de Atuação (Figura II.4), sendo a delimitação dos seus contornos efetuada através da definição dos respetivos objetivos gerais, e suportada por preocupações de operacionalização, face ao enquadramento europeu, nacional e regional:

- ❖ Eixo 1 − Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado;
- Eixo 2 Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais;
- Eixo 3 Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos;
- Eixo 4 Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios;
- Eixo 5 Afirmar a sustentabilidade dos recursos.







A monitorização do progresso alcançado, em alinhamento com a presente estratégia regional, será efetuada através de um Barómetro do CENTRO de PORTUGAL, que incorpora as seguintes dimensões de análise:

- 1. Crescimento e Competitividade
- 2. Potencial Humano
- 3. Qualidade de Vida
- 4. Coesão
- 5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

2.4. Plano Estratégico da CIM Beiras e Serra da Estrela

A Comunidade Intermunicipal (CIM) das Beiras e Serra da Estrela resulta da agregação da Comurbeiras (compreendendo as duas NUT III, Beira Interior Norte e Cova da Beira) e da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela, abrangendo desta forma um território equivalente a 15 municípios.

As alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das CIM assentam no reforço da escala intermunicipal, como nível preferencial de atuação municipal, o qual depende necessariamente de um reforço de governação das CIM, da definição de um quadro legal para a contratualização e de uma correta e efetiva descentralização administrativa de competências (bem como de delegação de competências).

Nestes termos, foi assumida uma estratégia de reforço da componente das CIM enquanto entidades gestoras e de crescente peso e responsabilidade destas, o qual protagoniza uma inevitável aposta no associativismo municipal, através do qual se pretende reforçar a capacidade de gestão dos municípios com vantagens ao nível da eficiência, racionalização dos recursos, uniformização de procedimentos, criação de economias de escalas, partilha de experiências e boas práticas e, consequentemente, uma melhor prossecução do interesse público.

O Plano de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (PEDI-BSE apresenta as orientações estratégicas deste território para o próximo período de programação 2014-2020, de acordo com os objectivos definidos a nível europeu, nacional e regional.

O PEDI-BSE 2014-2020 apresenta uma estrutura em torno de quatro eixos estratégicos e de dois eixos transversais:

- Eixo I: Reforçar a atratividade e conectividade do território Redes, Coesão Territorial, Capacitação hard - infraestruturas públicas - logística, água e saneamento, incubação de negócios como PCT e incubadoras - TIC;
- Eixo II: Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na Inovação e no conhecimento Redes soft cooperação com SCT, ações promocionais do território, Empreendedorismo, Internacionalização, Especialização produtiva;
- Eixo III: Promover uma Região Inclusiva Qualificações, Educação, Terceira Economia, Igualdade de Género, Jovens e Demografia;
- Eixo IV: Consolidar uma região Sustentável Tecnologias verdes, utilização eficiente de recursos.







Os quatro eixos estão estruturados de acordo com dois princípios-base:

- Envolvimento inclusivo de entidades no Plano: municípios, mas também empresas, sistema científico e tecnológico, entidades da saúde e do terceiro sector, bem como outros facilitadores;
- Aposta em projetos de redes/parcerias.

Para além dos eixos estratégicos do PEDI-BSE, consideram-se dois eixos transversais ao PEDI-BSE. Um primeiro eixo reporta à governação do Plano e pretende reconhecer explicitamente a importância de capacitar a CIM resultante da fusão para gerir, implementar, comunicar e negociar o Plano. Um segundo eixo refere-se à interconetividade e visa integrar todos os projetos e iniciativas cujo racional está em linha com o plano estratégico de desenvolvimento das Beiras e Serra da Estrela, mas cujas características - seja de âmbito, seja de dimensão - os colocam fora do financiamento no âmbito do PEDI.

Cada um dos 4 eixos estratégicos definidos será cruzado com 9 áreas temáticas:

- √ Área temática 1: Industrialização e Produtos do Território criar condições à dinamização do mercado, isto é, mais do que substituir-se ao mercado, o objetivo é interagir com o privado;
- √ Área temática 2: Turismo e promoção cultural dinamizar as marcas com reputação e reconhecimento no mercado Serra da Estrela, Aldeias Históricas, Beira Baixa, Côa, e Cova da Beira associando-as a produtos desses territórios que, em conjunto, com outras valências e ativos como o património cultural favoreçam a promoção de destinos turísticos coincidentes com essas marcas;
- √ Área temática 3: Internacionalização e promoção promoção externa do território e atração de investimento.
- √ Área temática 4: Capital Humano qualificações da mão-de-obra local e formação profissionalizante (educação vocacional), adaptadas à realidade e padrão de especialização económico local.
- √ Área temática 5: Infra-estruturas, logística e mobilidade aproveitamento das estruturas existentes, seja na sua articulação concertada, seja também numa componente muito relevante que é a sua manutenção.
- √ Área temática 6: Modernização administrativa e serviços partilhados promoção da eficiência por via da reorganização de serviços municipais numa lógica de partilha de recursos.
- √ Área temática 7: Regeneração Urbana a intervenção deverá ir para além do conceito de reabilitação urbana e conceber uma visão concertada dos 15 Municípios, que seja também integrada em termos dos objetivos visados.
- √ Área temática 8: Qualidade de vida, saúde e bem-estar assegurar condições de vida que promovam a qualidade e o bem-estar das populações do território. A este respeito, importa considerar duas áreas de intervenção principais: Infra-estruturas básicas e Saúde.
- √ Área temática 9: Terceiro Sector criar sustentabilidade nas IPSS uma vez que estas entidades prestam um serviço socialmente relevante, sobretudo numa região desertificada e envelhecida, constituindo-se também como importantes empregadores locais.







3. Visão e Estratégia

A visão prospetiva para o desenvolvimento do município de Belmonte para os próximos anos assenta:

- Num município comprometido em reforçar a integração territorial e o desenvolvimento da região;
- Num município atrativo, criador de empregos, capaz de fixar população jovem, de atrair iniciativa, investimento e pessoas, que contribuam para a dinamização social e económica do território;
- Num município coeso e solidário capaz de conciliar dinâmicas de modernização económica e de redução de assimetrias territoriais, económicas e sociais, sendo que a diminuição dessas assimetrias constitui também uma condição favorável ao reforço da competitividade territorial.

De acordo com o diagnóstico do município e também no seguimento das orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais, é em seguida apresentada a estratégia de desenvolvimento do município de Belmonte que assenta em 5 pilares prioritários de atuação:

- Belmonte, Um Polo de Atração Turística de Notoriedade Internacional;
- Belmonte, Um Concelho com Pleno Emprego;
- Belmonte, Vale a Pena Aqui Viver;
- Planeamento Urbanístico, Acessibilidades e Mobilidade
- Reforço da Estrutura Organizativa do Município.









Belmonte – Um Polo Turístico de Notoriedade Internacional:

O comportamento do consumidor de turismo tem vindo a mudar e, com isso, surgem novas motivações de viagens e expectativas que precisam ser satisfeitas.

Num mundo globalizado, onde "diferenciar" adquire maior importância a cada dia, os consumidores exigem, cada vez mais, ofertas turísticas que se adaptem às suas necessidades, aos seus desejos e preferências.

O Concelho de Belmonte é pródigo em histórias (... e estórias) para contar.

Desde vestígios da passagem dos romanos, à imponente e misteriosa edificação conhecida por "Centum Cellas", ao papel importante que personagens históricas, aqui nascidas, tiveram no desenrolar da história de Portugal (Descoberta do Brasil), à convivência, florescimento e sobrevivência de uma comunidade judaica, aqui residente, com caraterísticas únicas no mundo...

No entanto, é necessário conceber e implementar novos produtos temáticos, proporcionadores de novas ofertas turísticas, capazes de exponenciar a nossa capacidade de atrair, e fazer permanecer, novos visitantes no nosso território, gerando novas oportunidades de negócio e receitas.

É igualmente fulcral conceber uma política de imagem, proporcionadora de notoriedade, a divulgar junto dos mercados onde pretendemos laborar (mercado nacional, Brasil, territórios internacionais que alberguem importantes comunidades judaicas, ...), aliando-se tal medida à prossecução e fixação de reais canais de distribuição, motores de penetração e fidelização, junto dos "targets" selecionados.

Neste eixo estratégico será igualmente tratada a temática da conceção e implementação de novos alojamentos no Concelho, hoje em dia, necessidade premente que urge salvaguardar.

Iremos, igualmente, iniciar uma forte aposta no turismo sénior.

Em suma, reconhecendo-se as potencialidades, serve de aposta estratégica, para o Concelho de Belmonte, a estruturação de uma verdadeira política estratégica de desenvolvimento de Turismo, reconhecendo, este setor de atividade, como um real motor económico endógeno.

Belmonte – Concelho com Pleno Emprego:

O crescente envelhecimento da população, isolamento, a baixa densidade populacional, acompanhados dos baixos níveis de qualificação profissional, são fatores que caracterizam o Concelho.

Até aos anos 70 o sector económico predominante, no Concelho de Belmonte, era o agrícola, assistindo-se, a partir dessa década, ao desenvolvimento do sector industrial e terciário.

Surgiram então várias empresas ligadas à indústria de confeções (vestuário), consequentemente acompanhadas por um "boom" de criação de empresas de serviços (setor terciário).

Atualmente, e em conformidade com a atual crise estrutural instalada em Portugal (e no resto da Europa, grosso modo) tem-se assistido ao encerramento de várias empresas, mormente do setor do vestuário (confeções), aumentando, desta forma, os níveis de desemprego no







concelho, levando por consequência ao êxodo de populações nativas, em idades ativas de trabalho.

Erradicar os níveis de desemprego no concelho, afigura-se como o principal desígnio do atual executivo do Município, para os próximos 4 anos.

Atrair novos residentes para o nosso território poderá personificar o sucesso das políticas de angariação de novos investimentos para o concelho.

Um conjunto de ações, vocacionadas para a animação, apoio e organização do tecido económico (empresarial) do concelho, serão implementadas.

Em simultâneo, prevêem-se ações objetivas de obtenção de investimentos externos para o Concelho de Belmonte.

Belmonte – Vale a Pena Aqui Viver:

Este eixo estratégico assentará na criação de condições e soluções capazes de proporcionar a obtenção de um conceito real de bem-estar aos Munícipes, bem como a quem nos visita.

Entende-se por bem-estar o conjunto de fatores de que uma pessoa precisa para gozar de uma boa qualidade de vida.

Estes fatores levam um individuo a disfrutar de uma existência tranquila, num estado de satisfação.

Nos dias difíceis que se fazem sentir, um pouco por todo o país, a aposta neste tipo de medidas reveste-se de carater diferenciador, no que a políticas municipais de atratividade diz respeito.

Com efeito, um Município que tenha como prioridade a adoção de medidas deste cariz, poderá exponenciar a sua capacidade em atrair novos residentes (ou visitantes) para o seu território.

O território terá de ser visto como uma unidade propiciadora de serviços/produtos para vender e disponibilizar.

A preocupação do atual executivo passa por proporcionar adequadas medidas de cariz social às suas populações, atenuando, de algum modo, os efeitos nefastos que se têm feito sentir com a chegada, e longa permanência, da crise estrutural que assola o país.

Serão, igualmente, implementadas medidas específicas direcionadas às faixas etárias mais desprotegidas, idosos e jovens, de modo a proporcionar-lhes um conjunto de atividades que reforcem as suas condições de cidadania e bem-estar.

Paralelamente, será dado um forte enfoque a uma política cultural multifacetada e direcionada para a totalidade da população.

É igualmente propósito promover ações planeadas de cariz ambiental, tendentes a uma futura certificação europeia/internacional.







Planeamento Urbanístico, Acessibilidades e Mobilidade

Apesar do carater de ancestralidade que se pretende preservar nos aglomerados urbanos tradicionais do concelho, importa introduzir novos conceitos e novas metodologias de planeamento urbanístico para o território.

Para além do PDM que, finalmente, irá ser revisto e atualizado (novas problemáticas e anseios conduzem, indubitavelmente, à necessidade de atualização desta importante ferramenta de planeamento urbanístico), novos conceitos de reabilitação e utilização de espaços públicos irão ser desenvolvidos, através da realização de estudos e planos de ação temáticos.

A demanda de soluções eficientes que respondam às problemáticas da mobilidade no concelho, à procura de novas condições de acessibilidade com exterior e à utilização de espaços públicos, serão as temáticas prioritárias onde incidirão as ações e estudos a realizar.

Outro enfoque importante a ter será a participação ativa nos processos de planeamento intermunicipal ou regional, capazes de criar novas soluções, à escala regional, onde os anseios de Belmonte se possam enquadrar e, de certa forma, possam vir a obter resposta.

Reforço da Estrutura Organizativa do Município

Este eixo de intervenção, e suas consequentes medidas, irá centrar-se no objetivo específico de maximizar os recursos existentes, no Município, racionalizando os custos (procedimentos e tarefas) inerentes da sua dimensão e laboração.

A adoção de ferramentas e pensamentos de planeamento, a reestruturação funcional, a criação de serviços de proximidade, a fomentação de interação entre Município e Munícipes... servirão de mote à linha orientadora a seguir.

Os resultados esperados incidirão numa incrementação de eficácia dos procedimentos a adotar, promovendo assim uma administração melhor organizada, mais competitiva e proporcionadora de serviços e soluções adequadas aos Munícipes.

A atuação no âmbito destes domínios permitirá ao município de Belmonte, por um lado reforçar os seus pontos fortes e maximizar as oportunidades, mas também minimizar os seus pontos fracos e contornar as ameaças.







4 Plano de Ação

4.1. Belmonte, Um Polo de Atração Turística de Notoriedade Internacional

4.1.1. Turismo Cultural:

Considera-se património cultural os bens de natureza material, e imaterial, que expressam, ou revelam, a memória e a identidade das populações e comunidades.

O património cultural, mais do que um potencial atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória coletivas.

O seu uso, para fins turísticos, deve sempre atuar no sentido do fortalecimento e preservação dessas memórias e identidades criando, simultaneamente, valor económico.

A criação de produtos temáticos, utilizando técnicas de interpretação e de interação, que salientem a história do lugar, e das suas "personagens", representam fortes potencialidades de atração e fidelização de público, possibilitando-lhes um ampliar de conhecimento, emocionando-os e dando-lhes a sensação de integração em algo que, em muito, os transcende...

i. Jardim dos Descobrimentos

O nicho de mercado, composto por possíveis visitantes oriundos do Brasil, significa uma aposta evidente para o desenvolvimento de uma estratégia turística para o concelho de Belmonte.

As ligações históricas existentes, bem como o trabalho que tem vindo a ser realizado na criação/ostentação de certa notoriedade, conteúdos e infra estruturas, reforçam essa aspiração.

O objetivo passa por posicionar o concelho de Belmonte como um dos destinos preferenciais nacionais, no que diz respeito a visitantes oriundos do Brasil.

Neste âmbito, pretende-se criar um espaço exterior verde/lazer, amplo, de considerável dimensão, onde serão recriados quadros/cenários alusivos à época, que coincidiu com as descobertas portuguesas (mormente a descoberta do Brasil), atribuindo-lhe funções (e finalidades) lúdicas e, simultaneamente, pedagógicas (propensão para a interatividade e utilização de tecnologias inovadoras).

A viagem... os cenários exóticos achados à chegada... bem como a realidade que Pedro Alvares Cabral deixou para trás, na sua partida, serão a base da conceção das ofertas lúdicas/pedagógicas a incluir neste espaço

Para além desses conteúdos temáticos, este espaço irá ser fortemente influenciado pela água, representativa do vasto oceano, então dominado, e por uma amálgama de espécies arbóreas (e animais) autóctones e exóticas (de origem brasileira).

Complementarmente, um conjunto de atividades imateriais, a programar, terão lugar neste espaço, dando-se primazia à cultura popular portuguesa e brasileira.

O mote, indubitavelmente, é o de atrair novos visitantes ao nosso concelho.







No entanto, é igualmente intuito intrínseco do Município proporcionar aos munícipes, e populações dos concelhos vizinhos, um verdadeiro espaço onde as diferentes "idades" possam interagir e encontrar sensações agradáveis e de bem-estar.

ii. Espaço Brasil – Arte Contemporânea

Dentro da mesma temática, captação de visitantes oriundos do Brasil, este espaço é resultado de uma abordagem completamente antagónica do anterior.

Aproveitando o facto de o povo brasileiro ser um acérrimo consumidor de tudo o que produz, manifestando um íntimo e intenso orgulho no que cria e concebe...

.... Aliado ao enfoque que este povo dá aos seus autores e "figuras" do panorama artístico do século XX...

... E reconhecendo a enorme disseminação, notoriedade (e aceitação) que, na sua generalidade, a cultura brasileira (e seus produtos) possui em Portugal e na Europa.

Pretende-se criar um espaço cultural sofisticado onde, mediante a elaboração de uma agenda de eventos a promover, possamos trazer até Belmonte os trabalhos e obras das personalidades mais emblemáticas e representativas da cultura contemporânea brasileira.

Contamos já com a disponibilidade da Embaixada Brasileira em facultar e promover contactos futuros.

Temos já a sua anuência (e colaboração) para criar a maior biblioteca de autores brasileiros, a construir fora daquele país.

Somente teremos de reunir as condições logísticas necessárias para avançar com este projeto.

Para além desta agenda cultural, a constituir em permanência, este espaço deverá contar com uma área comercial ligada à restauração (gastronomia brasileira) e uma outra a definir (atração de investidores).

iii. Centro Interpretativo "Centum Cellas e Seus Mistérios"

Esta magnifica estrutura, hoje em dia em estado absoluto de abandono, encerra em si um conjunto de opiniões, estórias e mistérios capazes de levantar a curiosidade e interesse ao individuo mais distraído e abstraído de qualquer senso histórico, cultural ou arquitetónico.

Trata-se de uma das construções mais ancestrais da região e que, também devido à sua imponência, foi considerada Monumento Nacional pelo Decreto nº14425, de 14 de Outubro de 1927.

Em diversas obras de investigação, artigos de opinião, sítios informáticos, etc, abundam inúmeras versões "históricas" que atribuem esta construção aos mais distintos povos, datas e finalidades.

Segundo o IGESP, "As ruínas da Torre de Centum Cellas, também conhecida por "Torre de São Cornélio", situam-se numa área particularmente fértil e próxima da confluência da Ribeira de







Gaia com o Rio Zêzere, cujos aluviões metalíferos sabemos terem sido explorados desde épocas bastante recuada.."

"...Por conseguinte, a Torre revela-se a parte central e melhor conservada daquela que terá constituído a uilla de Lucius Caecilius, um abastado cidadão romano, negociante de estanho, que, em meados do século I d. C. mandou edificar a sua residência nesta zona, sob direcção de um arquitecto, o qual, ao que tudo parece indicar, conheceria com profundidade as técnicas construtivas ditadas por Vitrúvio..."

Uma das diversas lendas do local diz-nos que "...debaixo da porta principal, há, enterrado, um boi de ouro, mas ninguém soube nem sabe qual delas é, onde se situa, ou situava.", Havendo quem defenda que muito da destruição feita na torre teria sido obra de maníacos à procura do tesouro.

Só a referência a São Cornélio, segundo alguns historiadores, transporta-nos até à figura do Papa Cornélio, eleito no ano 251 d.C., desterrado de Roma pelo Imperador Décio, que escolheu este preciso local para seu desterro.

O arquiteto Manuel João Calais, que elaborou um estudo exaustivo a cerca deste monumento ("A Geometria de Centum Cellas"), publicado postumamente por sua filha em 1984, levanta a hipótese de a sua origem ser anterior aos romanos quando diz:

"...Os autores que têm discorrido sobre Centum Cellas falam da presença dos conquistadores romanos e dos irrequietos lusitanos, e, alguns deles, nem sequer fazem alusão à existência dos possantes jazigos de cassiterita, que ali atraíam gente de povos distantes, do Mediterrâneo, como Gregos e Fenícios"

Ou:

"... Nesse tempo não se construía assim. De Romano de Roma, nada tem. Na melhor das hipóteses poder-se-ia afirmar que o edifício tivesse sido delineado por arquitetos que fizessem parte de alguma legião romanizada do Oriente para aqui enviada, mas é hipótese pouco provável."

O historiador Victor Mendanha, no seu livro "História Misteriosa de Portugal", publicado em 1995, avança com a hipótese de que quem edificou Centum Cellas foram os Edomitas, construtores de templos por excelência e provenientes da Idumeia, país então localizado na região central do Antigo Israel, origem de um povo que ocupou territórios na Península Ibérica entre os anos 700 a.C. e 300 a.C.

Pensar numa solução integrada (infraestrutura, arranjos urbanísticos e concepção e difusão de conteúdos) que nos fizesse recuar a esses tempos, abrindo à imaginação do visitante todas as hipóteses defendidas, que possuam rigor histórico, envolvendo aquele espaço com um ar de Mistério contínuo e à procura da resposta final, permitir-nos-ia produzir um enredo/história cujo final ficaria ao critério de cada um.

Encerrar a "história", deste monumento, através de uma fundamentação única e prosaica, seria retirar todo o encanto e misticismo que espaços, como este, necessitam e que a própria natureza humana está ávida de consumir.

Este monumento por si só revela-se pela sua imponência e ancestralidade, no entanto é necessário dar-lhe vida, com umas boas doses de criatividade.







iv. Centro Interpretativo "Villa Fórnea"

"As ruínas são o fim da arquitetura, surpreendentemente também pode ser o princípio. É impossível projetar, acabamento, simular ou mesmo imitá-los - eles são templos do tempo.

A diretriz de abordagem determina um método no qual o processo de morfogênese (obtenção de forma) não se submete unicamente à pressão e preocupação das clássicas condicionantes da arquitetura tais como do pensamento do projetista, as questões do orçamento para construção, ambientais, sociais, de programa, etc...

Neste sentido, adota-se uma estratégia de "form finding" no qual o resultado formal é uma geometria imprevisível induzida pelo processo de exploração, sem restrições ou submissão a fatores circunstanciais.

A arquitetura será também uma imagem de marca, a primeira e mais reconhecível do público em geral e revelar-se-á de um enorme recurso na sua abordagem de paisagem e no seu funcionamento simbólico quase "ícone" irrepetível, logotipo.

Deve-se acreditar um pouco no fator novidade e no seu impacto surpresa tanto na comunidade local, que reconhecerá o seu mérito de intervenção, por uma obra não despesista que se consegue em prazos e orçamentos realistas, recolhendo dividendos diretos dessa responsabilidade mandatada, mas um pouco adiante pensar-se no público em geral conseguindo projetar a ruína no restrito mapa Nacional de visitantes."

Núcleo Museológico da Quinta da Fórnea – Proposta Preliminar (Arquitetos Anónimos)

Estas ruínas afiguram-se como a parte restante de uma antiga villa romana, provavelmente habitada a partir do Séc. II e até ao Séc. IV, localizada entre Belmonte e Caria.

Esta villa foi descoberta em 1999 durante a realização das obras do traçado do IP2 e desde logo revelou um surpreendente estado de conservação assim como um interessante espólio.

Esta propriedade rural terá albergado uma pequena comunidade auto-suficiente provavelmente constituída por uma família e seus criados.

Dos vestígios de construções postos a descoberto, destacam-se as fundações da residência, dos estábulos, das forjas e dos celeiros, tudo organizado em formas quadrangulares perfeitas.

A dividir as duas principais áreas está um caminho de grandes blocos de granito que realça a entrada principal da villa e o pátio, do qual se pode partir para a fundição que ainda guarda escórias de ferro resultantes do fabrico das alfaias agrícolas essenciais ao cultivo das terras. ("O assentamento Romano da Quinta da Fórnea").

Neste momento existe já a ideia concreta de qual o "boneco" arquitetónico ideal para este Centro Interpretativo.

Encontra-se igualmente definido o modelo de gestão/negócio que se pretende implementar.

É objetivamente, uma obra prioritária para o atual executivo do Município de Belmonte.







v. Rede Museus

A política autárquica de Belmonte, nos últimos anos, muito se baseou na conceção e implementação dos diferentes museus disponíveis em Belmonte.

Apesar do considerável número de visitantes, reconhecimento do mérito destes equipamentos, seria pertinente encetar algumas medidas tendentes à exponenciação da rentabilidade destes espaços.

Por um lado, seria pertinente implementar num dos espaços municipais disponíveis, de preferência junto às instalações de uns dos museus, uma área de "charme", onde os visitantes pudessem recolher informação detalhada dos espaços que pretendem visitar, onde pudessem igualmente degustar algumas iguarias gastronómicas locais, onde se disponibilizassem artigos de "merchandising" (artesanato, gastronomia, obras de atores locais,...)

Este espaço seria incluído no ciclo de visitas dos museus, servindo como ponto de chegada, após o visitante ter realizado o seu périplo.

Simultaneamente poderiam ser fornecidas informações turísticas a cerca de outros pontos de interesse para o visitante, bem como de locais de dormida e estabelecimentos de restauração ou comércio em geral.

Por outro lado, e dado que faz parte da estratégia da Câmara, para os próximos anos, a investigação e conceção de novos conteúdos culturais e turísticos, deveria ser encetada uma "reciclagem" nos teores evidenciados em cada museu, recorrendo, se possível, ao uso de tecnologias mais interativas e apelativas ao visitante.

A associação da imagem destes museus, à imagem que se pretende difundir de Belmonte, no exterior, potencializaria a notoriedade destes equipamentos culturais.

Eis o conjunto de ações a implementar:

- Criação de "Espaço de Charme e Degustação" a incluir no roteiro de visitas aos museus;
- Proposition de Belmonte;
- Requalificação do Ecomuseu do Zêzere;
- + Renovação do discurso museológico do Museu dos Descobrimentos;
- Requalificação do Museu do Azeite;
- Ampliação e Internacionalização do Museu Judaico;
- Requalificação do discurso museológico da Casa Etnográfica de Caria e da Casa da Roda de Caria.







4.1.2. Turismo Judaico

O turismo judaico é de extrema importância para o Concelho de Belmonte.

A tendência histórica, vivida em todo o território nacional (e europeu em geral) de perseguição quase contínua do povo judaico foi contrariada ao longo dos anos pela tolerância e solidariedade demonstradas pelas gentes de Belmonte.

A contextualização histórica da vivência da comunidade judaica em Belmonte revela a existência de uma gesta enternecedora e impar que urge ser divulgada e enaltecida.

Embora a convivência entre culturas seja um registo histórico em Belmonte, a população Judaica sempre fez questão de manter a sua discrição, permanecendo bastante arredia de grandes manifestações/ostentações públicas de seus hábitos culturais e religiosos.

Tratando-se de um povo extremamente perseguido e ostracizado, em diversos momentos distintos da história universal, os relatos da proteção que lhes foi dedicada pela comunidade cristã de Belmonte, poderão ganhar contornos épicos, se bem explorada.

É imperativo contar a história deste povo em tempos difíceis, e que permitiu a sobrevivência desta comunidade judaica, aqui radicada, dando notoriedade à relação de irmandade mantida entre ambas as comunidades.

Seria igualmente importante chamar a atual comunidade judaica, sabe-se que por estes tempos já exígua, e proporcionar ao visitante de Belmonte (não judeu) contacto com costumes, tradições Hebraicas e épocas festivas, acontecimentos manifestamente exóticos para o comum dos cristãos.

Dentro das linhas estratégicas definidas, encontram-se em fase de conceção novos produtos que irão culminar em futuras ofertas turísticas.

i. Páscoa(s)

Eis um exemplo de conteúdos dentro desta temática do "Turismo Judaico" e da abordagem que lhe se pretende encetar, que poderia resultar numa potencial oferta turística futura, capaz de fidelizar um número significativo de visitantes/turistas.

A palavra "Páscoa" é de origem hebraica (Pessach) e significa passagem.

A Páscoa já era celebrada pelos judeus antes mesmo do nascimento de Jesus Cristo. Os judeus comemoram esse dia, desde há muito tempo só que com outro sentido, o de liberdade, após anos de escravidão no Egipto.

Em Êxodo 12:14 diz: "Conservareis a memória daquele dia, celebrando-o como uma festa em honra do Senhor: Fareis isto de geração em geração, pois é uma instituição perpétua".

Os judeus relembram assim que os hebreus foram escravizados pelo "Faraó" e Deus enviou Moisés para libertar o seu povo.

A travessia do Mar Vermelho, em direção à liberdade e "Terra Prometida", representa a "Pessach" invocada e relembrada, ano após ano, por este povo.







A festa judaica dura sete dias em Israel e oito em outros lugares e culmina com a cerimónia conhecida como Última Ceia (Sêder), o tradicional jantar realizado na véspera do início da Páscoa judaica.

Em contrapartida, para os cristãos a Páscoa tem um significado especial e diferente, uma vez que celebra o renascimento de Jesus Cristo e sua ascensão ao céu, dois dias depois da morte na cruz (sexta-feira Santa).

A Páscoa cristã recebeu o nome da comemoração judaica porque a Paixão de Cristo aconteceu no início do Pessach.

Apesar de receberem o mesmo nome, as duas celebrações não ocorrem necessariamente em datas coincidentes.

A Páscoa cristã é comemorada no primeiro domingo de lua cheia, depois do equinócio de Primavera (de Outono, no hemisfério sul), já as comemorações da Páscoa judaica, têm início na primeira lua cheia do mesmo equinócio.

A ideia de promover um evento anual, onde as características, afinidades e diferenças, entre estas duas celebrações fossem evocadas, funcionaria como uma das "Marcas Âncora" a criar, à semelhança de outros eventos análogos festejados noutras paragens e épocas festivas (caso paradigmático do Natal de Óbidos)

A proximidade de datas facultaria a conceção de uma programação onde, simultaneamente, se iriam demonstrar as tradições religiosas, culturais e gastronómicas de ambas celebrações, sempre na perspetiva antes retratada, da histórica ligação solidária e fraternal de ambas as comunidades.

O evento "Páscoa(s)" tratar-se-ia tão só de uma celebração conjunta que envolvesse ambos os quadros festivos.

4.1.3. Turismo Sénior/3º Sector

i. Living Lab Social

A realidade social dos municípios que constituem a sub-região da Cova da Beira, bem como do território mais alargado, dos municípios que integram a comunidade intermunicipal das Beiras (ex-Comurbeiras), agravada com o aumento generalizado do desemprego, tem vindo a colocar uma maior pressão às instituições sociais que intervêm ao nível do apoio à infância, educação, terceira idade, bem como no apoio à reinserção de grupos desfavorecidos.

De acordo com os censos da população de 2011, com um índice de envelhecimento de 209% e uma percentagem de pensionistas sobre a população ativa de 41,7%, a Cova da Beira conta com mais de 22 mil pessoas com idade superior a 65 anos.

Os territórios da Beira Interior Norte e Serra da Estrela, também eles integrantes do território de gestão alargada da ex-Comurbeiras apresentam, respetivamente, um índice de envelhecimento de 249,6% e 248,9% e mais de 42,6 mil pessoas com idade superior a 65 anos no conjunto destas duas sub-regiões.







O território apresenta no entanto inúmeras potencialidades que lhe permitirão tirar partido dos cuidados de saúde e cuidado aos mais velhos como áreas capazes de alavancar muitas outras atividades económicas, mas também de garantir a sustentabilidade das instituições existentes.

Conta atualmente com uma excelente cobertura de cuidados através de uma densa rede de instituições sociais (265 no conjunto Cova da Beira e Beira Interior Norte) com respostas sociais de Lar e residência sénior; centro de dia e apoio domiciliário. As instituições existentes funcionam abaixo da sua capacidade legal, existindo capacidade disponível para acolher e servir novos clientes nacionais ou estrangeiros (lar e residência sénior 269, centros de dia 2397, apoio domiciliário 1735).

O território insere-se numa região bastante atrativa no que respeita ao seu património natural e cultural (Serra da Estrela, aldeias histórias, património judaico) e está dotado de uma excelente capacidade hoteleira (1649 camas nos municípios da Cova da Beira e 1748 nos municípios da Beira Interior).

Tem vindo a apostar de forma sustentada nos sectores da saúde, software e "devices" médicos (Parkurbis, UBIMedical, CHCB, UBI); dispõe de atores capazes de promover o empreendedorismo social e tecnológico.

Conta com residências seniores privadas; unidades hoteleiras de referência para turismo de saúde e de uma ampla rede de casas de turismo rural de qualidade a que se somam uma rede de casas de aldeia. Consegue – pelos baixos custos da região – preços atrativos na prestação de cuidados (quando comparados com os praticados nos grandes centros urbanos ou em países como a Alemanha – o custo médio atual por utente em "lar" situa-se nos 927 euros mês).

Existem unidades de formação superior nas áreas dos cuidados seniores, cuidados de saúde e apoio social, eletrónica e software; capacidade de I&D reconhecida com investigação em curso nas áreas do ambient assisted living (UBI, grupos de I&D AAL do Instituto de Telecomunicações), saúde; cuidados continuados e tele-monitorização do CHCB); excelentes vias de comunicação e investimentos de grande relevo a nível da infra-estrutura e serviços digitais (cloud); e empresas a desenvolver projetos de AAL na região (PT, HopeCare, Plux, SIEMENS...).

Existe mercado, quer em Portugal quer na Europa.

Existem assim as condições para criar um verdadeiro "living lab".

Uma abordagem à inovação que congrega num eco-sistema de comunidades e serviços todas as entidades envolvidas na cadeia de valor da prestação de cuidados a pessoas seniores.

Um eco-sistema em que se desenvolvem novas tecnologias e serviços em contexto real conjuntamente com os utilizadores a que se destinam, sendo estes parceiros ativos no processo de inovação.

Uma abordagem integrada que envolve investigação e desenvolvimento, mas também a mobilização e qualificação dos agentes e instituições sociais locais, uma estratégia de promoção internacional, com vista à captação de novos clientes que garantam a sustentabilidade dos serviços de apoio sénior no território da Cova da Beira.

No Living Lab que se pretende implementar, irão ser desenvolvidas novas tecnologias e serviços em contexto real conjuntamente com os utilizadores a que se destinam, sendo estes parceiros ativos no processo de inovação.







Sustenta, através de uma abordagem integrada que envolve investigação e desenvolvimento, mas também a mobilização e qualificação dos agentes e instituições sociais locais, uma estratégia de promoção internacional, com vista à captação de novos clientes que garantam a sustentabilidade dos serviços de apoio sénior no território da Cova da Beira.

Descrição do Projeto:

A ideia base deste projeto passa por mobilizar e qualificar agentes turísticos e Instituições sociais da Cova da Beira, tendo por intuito, mediante uma abordagem estratégica de todo o território, reunir condições para acolher idosos (em diferentes circunstâncias), com todos os índices de qualidade/requinte, proporcionando-lhes, simultaneamente, serviços de acompanhamento e tele-monitorização de saúde.

Após munir estes agentes locais dos requisitos de qualidade (logística e recursos humanos) necessários, este projeto abordará temáticas relacionadas com a promoção de imagem, mormente em territórios externos, procurando a captação de novos clientes que garantam a sustentabilidade dos serviços de apoio sénior no território da Cova da Beira.

Uma das "valências" deste projeto será a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias, e serviços, ligados aos cuidados de saúde com idosos, que possibilitarão a tele-monitorização e acompanhamento de idosos com doenças crónicas.

Para além de ficarmos aptos ao acolhimento desses idosos, através do desenvolvimento de serviços de base tecnológica, poderemos operar no acompanhamento remoto de doentes com doenças crónicas, como a hipertensão arterial, a insuficiência cardíaca, dor crónica, doenças pulmonares crónicas, etc.

O presente projeto irá ser desenvolvido ao longo dos próximos 4 anos.

Espera-se que, durante a Fase 1 (primeiros 2 anos) o eixo estratégico nº2 esteja devidamente concluído.

A Fase 2 (últimos 2 anos) será dedicada à execução do eixo estratégico nº3, bem como à implementação total do "negócio".

Transversalmente, decorrerão ações do Eixo estratégico nº1 ao longo dos 4 anos de execução do presente projeto.

No final da Fase 1 será elaborada uma candidatura de admissão à Rede Europeia de Living Labs.

Eixos Estratégicos:

■ Eixo Estratégico nº1 – Investigação e Desenvolvimento I&D Saúde e Ambient Assisted Living:

No âmbito deste eixo estratégico, serão desenvolvidas novas tecnologias no campo de ação da tele-monitorização e acompanhamento de idosos com doenças crónicas.

- a) Formação Técnica e Tecnológica;
- b) Empreendedorismo Saúde e "devices" médicos;
- c) Clustering Programa de Interface;
- d) Integração em redes nacionais e internacionais.







■ Eixo Estratégico nº2 – Capacitação:

Este eixo pretende mobilizar e qualificar um número apreciável de agentes turísticos (hotéis, residências, empreendimentos de turismo rural, ...) e de instituições sociais, com ofertas destinadas ao cuidado de idosos (lares 3ª idade, Centros de dia, Centros de Noite, Apoio Domiciliário,...), da Cova da Beira, reunindo-os em rede, certificando-os e integrando a sua acção numa estratégia de desenvolvimento do território.

- a) Rede de Teleassistência;
- b) Tele-monitorização e ambiente assisted living;
- c) Certificação das respostas sociais;
- d) Selo de qualidade;
- e) Formação aos agentes hoteleiros e de ação social;
- f) Empreendedorismo social;
- g) Portal de compras;
- h) Recursos partilhados;
- i) Gestão de protocolos
- Eixo Estratégico nº3 Promoção Nacional e Internacional:

Eixo do projeto que se dedicará à promoção, mormente em mercados do exterior, da imagem e do "produto" entretanto criado ao longo da execução dos eixos anteriores. O objetivo será o de captar novos clientes que garantam a sustentabilidade dos serviços de apoio a idosos no território (Cova da Beira), bem como alavancar atividades turísticas (alojamentos e serviços conexos) na região.

- a) Portal de Reservas;
- b) Campanha Promocional no mercado internacional;
- c) Campanha promocional nos grandes centros urbanos nacionais;
- d) Turismo Sénior e de Saúde;
- e) Divulgação de marca e selo de qualidade no turismo sénior;
- f) Programas de turismo sénior;
- g) Candidatura à rede europeia de Living Labs.

4.1.4. Rede de Alojamentos

Apontado como um dos maiores "handicaps" para a implementação da futura estratégia de desenvolvimento turístico do concelho de Belmonte, a ausência de alojamentos, proporcionadores de acolhimento em escala, no concelho, terá de obter respostas efetivas a breve trecho.

A solução terá de passar, indubitavelmente pela angariação de investidores que acreditem no rol de ações que irão ser desenvolvidas, no âmbito desta temática, no território nos próximos anos.

No entanto, o Município irá desencadear um conjunto de ações, baseadas na reabilitação urbana, que poderão proporcionar soluções, a localizar nas diferentes freguesias do concelho.

Com efeito, esta solução apontada, passaria por encetar um levantamento de um número significativo de frações de prédios urbanos, localizados preferencialmente nos aglomerados urbanos das freguesias do concelho, e mediante estabelecimento de contratos de locação, com os proprietários, de longa duração, transformá-los em alojamentos turísticos.







Este trabalho de reabilitação urbana significaria um aumento exponencial no número de quartos disponíveis, servindo simultaneamente como uma potencial fonte de rendimentos para proprietários e Município de Belmonte (partilha de rendimentos).

4.1.5. Requalificação da Praia Fluvial

Envolvida numa paisagem tipicamente beirã, onde as montanhas da Serra da Estrela confinam com os férteis campos da Cova da Beira, esta praia fluvial, banhada pelo Rio Zêzere, disponibiliza um agradável espaço de lazer ao público que a procura.

Como forma de constituir mais um ponto de atração turística no concelho é intuito, do atual executivo do Município, reabilitar a área envolvente da praia fluvial.

Reabilita-la paisagisticamente, intervindo na orografia dos espaços envolventes deste espaço.

Reabilita-la transformando-a num local de receção e alojamento de visitantes, mediante a colocação de alguns módulos pré-fabricados, de traça arquitetónica moderna, que funcionarão como um verdadeiro empreendimento turístico a implementar. Neste caso estudos de gestão e de rentabilização do negócio serão realizados de modo a obtermos um modelo de negócio a implementar.

Reabilita-la construindo um parque de campismo, nos terrenos contíguos, de modo a atrair um tipo de visitante de perfil mais jovem que o que tradicionalmente nos visita. Este equipamento será incluído em redes nacionais e internacionais dedicadas à divulgação e disseminação de estruturas turísticas deste tipo.

Reabilita-la dotando aquele espaço de condições para a prática de desportos fluviais e de desportos aventura, bem como de um calendário de animação específico para aquele espaço.

4.1.6. Sistema de Informação Geográfica e Web Site

Este projeto consistirá na aplicação de ferramentas WebGIS na elaboração de mapas dinâmicos do concelho de Belmonte direcionados para o turismo.

Com efeito, para além de diversificar e qualificar a oferta turística no nosso concelho, urge apostar em canais de acesso à informação de utilização massiva, cada vez mais um fator de diferenciação

Recorrendo a este tipo de tecnologia, é possível implementar um conjunto de serviços, baseados em mapas dinâmicos e informação georreferenciada, que poderão ser colocados à disposição de um público alargado, seja através de sites específicos, na internet, seja através de aplicações a correr nos chamados "smartphones", seja mesmo mediante a aquisição de pontos de acesso, estrategicamente a colocar nos diversos pontos de interesse turístico do concelho.

Este tipo de mapas dinâmicos permitem uma maior interatividade, levando a que os utilizadores passem a ser participantes ativos no processo de comunicação cartográfica, entendendo assim melhor os fenómenos e as caraterísticas do que os rodeiam.

Pretende-se então, estabelecer uma metodologia que permita definir modelos de dados e de representação de informação, com recurso a ferramentas WebGIS, adaptados ao nosso território.







Para além de ser possível definir percursos turísticos integrados pelo território, será exequível canalizar um caudal, quase infinito, de informação aos utilizadores/visitantes, informação que pode passar pela definição de uma data de construção de determinado edifício, ou a narração de uma lenda (ou dito popular) que entretanto tenha ocorrido em determinado lugar, com a particularidade de a interatividade deste tipo de ferramentas, nos permitir, a qualquer momento, tomarmos opções de visita que nos conduza ao local em questão.

Também o nosso comércio tradicional, restauração e hotelaria poderá beneficiar com a aplicação de tecnologias deste tipo, pois passarão a contar com um meio efetivo de divulgação das suas ofertas particulares.

4.2 Belmonte, Um Concelho com Pleno Emprego

4.2.1. Produtos Locais

i. Clube de Produtores

Apesar da pequena dimensão territorial do concelho de Belmonte, as suas características de pura ruralidade, onde proliferam as pequenas unidades agrícolas de cariz essencialmente familiar, não podem ser menosprezadas.

Na ausência de um produto de referência a promover (agro-alimentar, artesanato...), por analogia com o sucedido no vizinho concelho do Fundão onde se baseou toda uma estratégia de criação de notoriedade na cereja, a política de valorização dos produtos endógenos do concelho de Belmonte deverá passar pela classificação e caracterização de todo um território.

Para tal, terá se ser encetado um trabalho de organização do tecido de produtores locais (criação de uma plataforma/clube de produtores) usando, posteriormente, técnicas de rastreabilidade que possam evidenciar as características dos produtos locais proporcionadoras de uma efetiva fidelização junto dos consumidores (produtos biológicos, ancestralidade e tradição, Kosher, clima, características dos solos....)

Durante este trajeto, com a ajuda desta estrutura a criar, poderão ser adotadas medidas corretivas, no que diz respeito ao maneio e metodologias de cultivo/fabricação, por forma a ajustar essas unidades produtoras às novas técnicas de produção e gestão, exponenciando a rentabilidade das explorações intervencionadas.

Estes produtos deverão ser comercializados, preferencialmente, sob uma "certificação de genuinidade" (colocada na rotulagem dos produtos), ficando a elaboração do "caderno de encargos" (requisitos de aderência) e fiscalização, da responsabilidade da plataforma.

Estrategicamente serão promovidas participações em feiras/certames (locais, regionais, nacionais e internacionais) com o intuito de divulgação dos produtos, bem como do território.

Deverá ser igualmente necessário realizar investimentos em infra-estruturas/equipamentos que possibilitem criar condições para comercialização, controlo de qualidade e investigação e desenvolvimento de novos produtos.







ii. Marca Kosher

Será de grande utilidade estratégica associar a imagem de Belmonte à promoção e comercialização de uma linha de produtos "Kosher", destinados a um segmento de mercado médio/alto e a mercados internacionais.

Os produtos kosher são os novos produtos gourmet e estão a ficar cada vez mais populares.

Para além da certificação indispensável, teremos de realizar um trabalho prévio de seleção de produtos/produtores que consigam alavancar, em termos de qualidade, o rol de ofertas a disponibilizar a este nível.

Fixando o mix de produtos a associar à marca de produtos Kosher de Belmonte, teremos de conceber algumas ações de marketing que nos permita a criação das condições para que as necessidades do mercado (... e público alvo) sejam satisfeitas de forma a garantir e atrair públicos.

4.2.2 Comércio Tradicional

i. Incubadora Comercial

O comércio tradicional assume, hoje em dia, um papel que transcende o de simples atividade meramente económica.

A sua implementação traz benefícios vários, ao nível social (criação de emprego em unidades económicas de cariz familiar), cultural (divulgação e dinamização de atividades e produtos locais), urbanístico e patrimonial, bem como de animação do espaço urbano.

É inegável que, ao longo dos tempos, este tradicional motor da economia local, tem perdido espaço de influência, proliferando as insolvências de diversas unidades, bem como a degradação gradual de outras que, "teimosamente" optam por não desistir.

Importa aqui adotar medidas capazes de contrariar os efeitos criados, por tais fatores, e devolver, na maior proporção possível, esta atividade aos tempos áureos vividos, de modo a reabilitar esta importante e tradicional fonte geradora de emprego e rendimento.

Este projeto visa o estabelecimento de acordos de locação, com os proprietários de diversas frações de prédios urbanos (localizados nos rés-do-chão de ruas históricas / aglomerados urbanos centrais) das distintas localidades que constituem o concelho, reabilitando-as, através de investimentos público (politicas de reabilitação urbana), colocando-as à disposição dos pequenos empresários que, para o efeito, apresentem ideias/projetos comerciais atrativos.

Deste modo, estas instalações poderão beneficiar empresários, naturais do concelho, bem como outros que por cá pretendessem se instalar, mediante contratos de arrendamento baratos e de curta duração.

Obras feitas e licenciamentos obtidos, as frações hoje existentes (grande parte delas devolutas) constituiriam uma autêntica incubadora comercial, localizada nos centros dos aglomerados urbanos das freguesias do concelho, devolvendo ao comércio tradicional a importância e funções outrora exercida.







Uma vez mais, essas obras teriam sempre de atender a uma "traça" arquitetónica homogénea, capaz de representar os valores e imagem que se pretende estabelecer e divulgar para o concelho de Belmonte.

Como forma de responsabilização (... e dinamização) dos proprietários destas empresas a alojar, a Câmara Municipal poderia estabelecer requisitos contínuos de avaliação (qualitativos e quantitativos) ao longo do tempo de duração dos contratos de arrendamento.

4.2.3. Nova Área Empresarial

Neste momento, o concelho de Belmonte possui uma pequena área industrial, mal localizada e completamente incapaz de proporcionar atratividade a qualquer investidor que possa ter por intenção, realizar o seu investimento no concelho.

Numa primeira fase, urge elaborar um projeto para uma nova zona empresarial a localizar junto a um dos acessos à A23 que o concelho dispõe.

Deste modo, sempre que necessário, o Município disporá de uma ferramenta que poderá evidenciar aos diversos investidores que, indubitavelmente, a Câmara Municipal irá atrair para estas paragens.

À medida que As politicas de atratividade de investimento externo, para o concelho de Belmonte, terá maiores possibilidades de êxito, quanto menor for o tempo despendido para a concretização deste importante equipamento estrutural.

4.2.4. Espaço de Acolhimento e Dinamização Empresarial

Este projeto permitir-nosá disponibilizar um conjunto de infraestruturas suscetíveis de evidenciar a nossa aposta efetiva na angariação de ideias/projetos e empreendimentos capazes de alavancar a nossa economia local, tendo sempre presente a perspetiva e estratégia regional.

Existindo já uma edificação empresarial no terreno (cerca de 20.000 m2 edificados, com propriedade horizontal aprovada e instalada em espaço classificado como área industrial), é intenção do Município reabilita-la e dotar esse espaço de diversas valências tendentes ao acolhimento de novos projetos empresariais e dinamização empresarial, nomeadamente no que concerne à divulgação e criação de notoriedade de produtos/serviços regionais, bem como à investigação, valorização e desenvolvimento de novos produtos ligados à fileira dos recursos naturais e agroalimentares regionais.

Este espaço será, então, composto pelas seguintes valências:

- ✓ Área nº1 Centro de Acolhimento de novas Empresas/Projetos;
- Área nº2 Espaço de Divulgação de Produtos e Serviços (certames, colóquios, eventos promocionais, ...);
- ✓ Área nº3 Área de Formação de Base Tecnológica (fileira recursos naturais e agroalimentares);







√ Área nº4 – Espaço I&D e Inovação para desenvolvimento de novos produtos
(aproveitamento recursos naturais e agroalimentares) tendo por base o
desenvolvimento de métodos de produção "eco-friedly".

Em suma, pretendemos desenvolver um projeto, tendo por base recursos imobiliários já edificados que, simultaneamente, irá responder às necessidades prementes de atração de investimento externo, para o concelho de Belmonte, bem como no desenvolvimento e valorização de recursos endógenos locais e regionais, ligados a um cluster emergente da região.

4.2.5. Angariação de Investimento Externo

A dinâmica global que se pretende patrocinar para o concelho de Belmonte, resultará do nível de capacidade que a Câmara municipal de Belmonte demonstrar, na efetiva captação e implementação de investidores.

Neste momento define-se o perfil de investidor que se pretende, bem como o setor de atividade idealizado.

Operadores turísticos, que acreditem no tipo de ofertas turísticas já existentes e a implementar, investidores industriais, que se apercebam das potencialidades, para o seu negócio, em localizar as suas unidades fabris no concelho, pequenos empreendedores com ideias comerciais válidas, serão os tipos de investimento a apostar.

O setor agro-alimentar, que vai ao encontro das características típicas de ruralidade deste concelho, também é um setor a desenvolver.

Cabe aqui definir as ferramentas que poderão facultar o Município, na prossecução deste desígnio.

O atual executivo do Município de Belmonte terá de criar, dentro do que definiu como prioridade para o concelho, instrumentos que lhe ajudem a divulgar o território, e suas potencialidades, bem como definir um conjunto de políticas (fiscais e financeiras) capazes de fazerem a diferença, na hora de o investidor tomar a decisão.

Neste momento, a procura interna tem contraído absurdamente, de ano para ano.

Esperam-se, a todo o momento políticas, por parte da administração central, que revertam este cenário.

No que diz respeito ao investimento estrangeiro, o momento também não é propício a muitas veleidades. A mais-valia resultante de investidores extracomunitários se instalarem em território europeu colide com as medidas recessivas implementadas um pouco por toda a Europa.

No entanto, e fazendo fé ao que tem vindo a ser enunciado nos documentos orientadores do próximo Quadro Comunitário de Apoio, a hora do crescimento económico e do apoio ao investimento poderá estar de regresso.

Não descurando qualquer origem de investimento, que possa ser cativado para o concelho, entre as múltiplas démarches que poderão ser seguidas, importava acentuar as ligações efetivas que Belmonte possui com o Brasil e Israel.







Não sendo processos simples, seria de toda a utilidade o Município de Belmonte trazer para o seu território estruturas físicas permanentes, onde este tipo de temáticas pudessem ser discutidas.

O ideal seria a criação de Consulados, Brasil e Israel, pretensão que poderia ser sustentada na ligação histórica, com esses dois países, bem como na aposta (aqui definida) na conceção e implementação de novos conteúdos, e ofertas turísticas, destinadas a estas duas comunidades.

Na impossibilidade de alcançar esta meta (criação de consulados) o objetivo (captação de investimento brasileiro e de comunidades judaicas) não deveria encerrar por aqui.

Através da instalação de filiais (ou mesmo sede) de associações, cuja missão seja a ligação de Portugal (económica, social, animação, ...) aos territórios brasileiro e israelita, fomentando uma real cooperação entre Instituições.

Irão, igualmente, ser definidas, através da conceção do Plano de Marketing Territorial, políticas de divulgação e promoção territorial no exterior e no território nacional.

4.2.6. Empreendedorismo

i. Gabinete de Apoio ao Empreendedor

Uma das definições, universalmente aceite, de empreendedorismo, define-o como um processo através do qual uma ou várias pessoas agrupadas sob uma forma jurídica, após um período de maturação, preferencialmente através da elaboração de um plano de negócios, põem em marcha uma ideia de negócio.

Na distância a percorrer entre a ideia inovadora tida pelo empreendedor, até à sua exequibilidade (atividade da empresa), existem muitos "espíritos empreendedores" que se perdem no "labirinto" em que, por vezes, se transforma todo o processo burocrático existente no nosso país.

Outro dos obstáculos com que se deparam os empreendedores prende-se com a dificuldade em encontrar financiamento para o arranque da sua atividade.

Apesar do acentuado cenário de crise socioeconómico vivido no nosso país, os Municípios, mormente os localizados no interior do país, não poderão deixar de apostar nas iniciativas empresariais dos seus Munícipes, independentemente da sua dimensão.

Cada empresário bem-sucedido que a Câmara Municipal ajudar, na sua fase de arranque, será sempre uma vitória para o seu concelho, aumentando o nível de riqueza no seu território, bem como os seus índices de empregabilidade.

O Município de Belmonte terá por preocupação apoiar os "candidatos" a empreendedores, residentes no seu concelho, acompanhando-os durante todo o processo, atuando nos momentos considerados "chave", de modo a viabilizar a implementação dos seus negócios.

Para que tal seja possível, irá ser criado um gabinete Municipal onde serão promovidos atendimentos personalizados, constituindo-se processos individuais de cada caso, com o objetivo claro de que os futuros empreendedores obtenham toda a informação necessária e o devido acompanhamento ao longo do seu percurso, até se transformarem em efetivos empresários.







Este Gabinete deverá, igualmente, orientar a sua ação na persecução de acordos junto de instituições financeiras, que possam permitir o correto e suficiente financiamento, destas iniciativas, em condições vantajosas para os futuros empresários.

Na prática, o apoio a conceder aos novos empreendedores, no novo gabinete de apoio ao empreendedor, incidirá sobre as etapas e temáticas a seguir enunciadas:

Etapa nº1 – Desenvolvimento da Ideia e Plano de Negócios:

- a) Reconhecimento de competências do empreendedor e possível encaminhamento para ações de formação profissional;
- b) Elaboração de Plano de Negócios;
- c) Fontes de informação/estatística relevante para o Plano de Negócios;
- d) Registo de patentes;

Etapa nº2 – Constituição Legal da Empresa e Ligação a Serviços do Estado:

- a) Tipo de empresas possíveis;
- b) Capital social necessário e restrições à sua utilização;
- c) Licenciamentos necessários para o desenvolvimento da actividade;
- d) Obrigações fiscais e de contabilidade;
- e) Regras de contratação de trabalhadores;
- f) Definição de estatutos da empresa;
- g) Ligação eletrónica aos serviços do estado (finanças, segurança social, ...)

Etapa nº3 – Apoio à Empresa e Instrumentos de Financiamento:

- a) Concursos de empreendedorismo:
- b) Incubadoras;
- c) Informação sobre instrumentos de financiamento disponíveis (QREN, Linhas de Crédito, Capitais de Risco, Apoios Municipais, ...):
- d) Apoios à exportação e internacionalização (ligações ao AICEP e IAPMEI)







ii. Portal do Empreendedor

Esta ferramenta informática, a disponibilizar no site do Município, irá desenvolver e documentar todos estes temas enunciados anteriormente, proporcionando uma interatividade entre empreendedores e técnicos do gabinete de apoio, bem como um acompanhamento processual individualizado.

Neste espaço Web os candidatos a "empreendedores" poderão consultar toda a informação necessária, por setor de atividade, para o desenvolvimento da sua ideia, bem como obter informação a cerca de financiamentos e apoios disponíveis, ou oportunidades de negócios.

Mediante o registo individual no portal do empreendedor (a criar) os utentes deste serviço poderão encetar interatividade com os técnicos do gabinete de apoio ao empreendedor (troca de documentação, informações específicas, candidaturas a financiamentos, ...).

4.3. Belmonte, Vale a Pena Aqui Viver

4.3.1. Desenvolvimento e Ação social

A pobreza e a exclusão social são dois graves problemas que, muitas vezes, surgem interligados e que carecem de intervenção.

A capacidade de dar as respostas devidas a estas preocupações, de carácter social, será uma das maiores prioridades do Município de Belmonte.

Como ponto de partida, haverá a necessidade de identificar qual o real cenário de necessidades de índole social, com que o executivo da Câmara Municipal de Belmonte terá de lidar.

No imediato será promovida a elaboração de um Diagnóstico Social capaz de "radiografar" ao pormenor quais as necessidades sentidas e por quem.

Estando aptos a intervir, o Município de Belmonte irá redigir o seu Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoios sociais, onde constarão, inequivocamente, em que circunstâncias o Município irá auxiliar os seus Munícipes mais carenciados.

Em termos estritamente operacionais, e da exclusiva responsabilidade funcional da Câmara Municipal de Belmonte, serão criados dois Gabinetes de intervenção

i. Gabinete de Psicologia

A vulnerabilidade em que os agregados familiares se encontram, face às inúmeras situações adversas decorrentes das vivências do seu dia-a-dia, quer em contextos familiares, de emprego, de saúde, habitacionais e socioeconómicas, poderão conduzir a fragilidades perante as quais é imperioso desencadear uma adequada intervenção.

Num contexto de profunda crise socioeconómica instalada, urge que sejam criadas novas ferramentas que permitam o rápido e preciso auxílio aos que mais o necessitam.

A criação deste Gabinete, a ser constituído por um ou dois técnicos de psicologia clinica, permitirá o correto atendimento, avaliação e encaminhamento personalizado, pensados em







função do individuo e sua(s) problemática(s), abrangendo áreas de distúrbios como ansiedade, dificuldades emocionais e afetivas, dificuldades de relacionamento interpessoal, depressões emocionais, processos de luto, conflitos familiares, desemprego, toxicodependência, alcoolismo, etc.

Destinar-se-á aos Munícipes que a ele se dirijam, condições objetivas de acesso a regulamentar (comprovativos de insuficiência económica, atestados de residência, etc.) ou em casos de encaminhamento efetuados pelo Gabinete de Apoio Social do Município.

Por outro lado, este gabinete assumirá igualmente valências de apoio psicológico geral, psicopedagógico e de orientação escolar (e profissional) às crianças que frequentem as escolas do concelho.

ii. Gabinete de Ação Social

O Gabinete de Ação Social será constituído por uma equipa multidisciplinar (a definir), tendo como finalidade primordial melhorar as condições de vida da população do concelho, em especial da mais desfavorecida, numa óptica de prevenção (e redução) dos fenómenos de pobreza e exclusão social, intervindo junto dos grupos populacionais mais vulneráveis.

Aqui serão efectuados atendimentos, encaminhamentos, aconselhamentos, acompanhamentos, das situações sinalizadas que posteriormente deverão ser apoiadas no âmbito da competência do Município, e/ou encaminhadas e orientadas para as Entidades/Instituições competentes.

Para além do atendimento efectuado pelos técnicos especializados nas instalações físicas do Gabinete, deveriam ser promovidas outro tipo de abordagens que permitissem ao Munícipe recorrer aos serviços disponibilizados, superando simultaneamente qualquer tipo de constrangimento.

Infelizmente, é bastante comum nos dias de hoje verificar que agregados familiares, aparentemente com vidas estabilizadas, apresentem repentinamente situações de profunda vulnerabilidade, pobreza e exclusão social.

A disponibilização de uma linha telefónica de apoio social (número de telefone e horário de atendimento a divulgar), onde o Munícipe pudesse encetar uma primeira conversação com o(s) técnico(s) de apoio social, poderia facultar esse "quebrar de gelo" fulcral para uma posterior e correta sinalização e futuro encaminhamento/resolução dos problemas.

Deveriam igualmente ser fomentadas visitas domiciliárias onde, na zona de conforto que constitui o seu lar, os Munícipes pudessem expor e evidenciar a(s) sua(s) questões e problemáticas.

Trata-se de incutir um cariz de proximidade a estes serviços, demonstrando inequivocamente que as pessoas são a prioridade e única razão de ser da intervenção da Câmara Municipal.

Sucintamente, salvaguardando o que futuramente irá ser apurado em sede de diagnóstico social (e consignado no futuro Plano de Desenvolvimento Social) ficam aqui enunciadas algumas medidas que deverão ser adotadas, por grupo alvo ou tipo de intervenção:







Jovens:

- ✓ Elaboração de projetos de prevenção primária a nível da toxicodependência, sexualidade e estilos de vida saudáveis;
- ✓ Apoio às crianças e jovens dos diversos ciclos de escolaridade, com maior incidência desde ensino pré-escolar ao 3º ciclo do ensino Básico;
- ✓ Apoio no transporte, material escolar e alimentação;
- ✓ Concessão de Bolsas de Estudo/ Apoio Social a atribuir aos estudantes que, em virtude da sua situação económica, possam ter dificuldades em prosseguir os estudos nos estabelecimentos do Ensino Superior Público e nas Escolas Profissionais tuteladas pelo Ministério da Educação;
- ✓ Sinalização de maus tratos infantis;
- ✓ Participação gratuita nas ações e eventos da "Belmonte Jovem";
- ✓ Acesso gratuito a eventos culturais, museus...;

Idosos:

- ✓ Deteção e encaminhamento de situações de maior vulnerabilidade para serviços adequados (mobilidade, pobreza, etc.);
- ✓ Prestação de esclarecimentos sobre assuntos tais como: complemento solidário para idosos, pensão por invalidez, pensão de sobrevivência,etc.;
- ✓ Transporte gratuito entre as freguesias do Município;
- ✓ Participação gratuita nas ações e eventos da "Belmonte Sénior";
- ✓ Acesso gratuito a eventos da agenda cultural, museus, etc.;
- ✓ Apoio nas despesas mensais tais como faturas de água, luz, gáz, etc.

Agregados Familiares Desfavorecidos:

- ✓ Deteção e encaminhamento de situações de maior vulnerabilidade para serviços adequados;
- ✓ Identificação e encaminhamento de pessoas portadoras de Deficiência para as Instituições competentes e apoio aos familiares dos mesmos;
- ✓ Apoio a grupos específicos da população, tais como vítimas de violência doméstica, imigrantes, minorias étnicas e outros grupos sociais de risco;
- ✓ Prestação de esclarecimentos e formulação de processos de candidatura ao Rendimento Social de Inserção;
- ✓ Prestação de informação profissional a jovens e adultos desempregados;
- ✓ Apoio na procura ativa de emprego;
- ✓ Divulgação de ofertas de emprego junto da população desempregada;
- ✓ Encaminhamento de indivíduos para formação profissional;
- ✓ Motivar e apoiar à participação em ocupações temporárias ou em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho.
- ✓ Apoio para criação do próprio emprego Microcrédito;
- ✓ Acesso gratuito a eventos da agenda cultural, museus, etc.;
- ✓ Apoio nas despesas mensais tais como faturas de água, luz, gás, etc.







Habitação:

- ✓ Apoio habitacional a obras que visem a melhoria das condições de habitabilidade dos agregados familiares mais desfavorecidos (pequenas reparações de paredes, coberturas e pavimentos, arranjos de portas e janelas, instalações ou melhoramento de instalações sanitárias, eletricidade, mobilidade, etc.);
- ✓ Apoio na elaboração de candidaturas de requalificação da habitação Solar H; programa conforto habitacional para pessoas idosas; arrendamento jovem – Porta 65;
- ✓ Apoio ao arrendamento aos agregados familiares mais desfavorecidos.

4.3.2. Belmonte Sénior

O tempo disponível, após o termo da atividade profissional, não deve ser sinónimo de inutilidade ou inatividade.

Deve proporcionar ao indivíduo períodos de repouso e de relaxamento, mas também de valorização pessoal e social.

Esta fase da vida é a ideal para a realização de atividades que antes não eram possíveis realizar, na medida em que as rotinas e os afazeres do dia-a-dia não o permitiam.

O que o Município de Belmonte pretende fazer é monitorizar e dinamizar um conjunto de atividades que reforcem o conceito de bem-estar da população idosa do concelho.

Estas atividades terão lugar em locais a definir, sendo da responsabilidade da Câmara a sua organização, dinamização e logística, destinando-se à totalidade da população do concelho com idade superior a 60 anos.

Nalguns casos, e dado os custos excessivos que determinadas ações possam acarretar, haverá lugar a co-pagamentos por parte dos utentes, com exceção dos sinalizados pelo Gabinete de Ação social Municipal.

Exemplos de atividades a dinamizar:

- ✓ Programas de atividade física visando motivar os idosos a adotar e manter um estilo de vida saudável, através da prática de atividade física regular e orientada;
- ✓ Criação de um espaço Internet Sénior, onde a população mais idosa poderá aceder às novas tecnologias de informação e comunicação, como uma forma alternativa e inovadora de ocupação dos tempos livres;
- ✓ Passeios Sénior, deslocações coletivas organizadas;
- ✓ Eventos temáticos, celebrações de datas comemorativas ou de significado simbólico;
- ✓ Eventos especificamente destinados aos idosos, a incluir na agenda cultural;
- ✓ Bailes semanais;
- ✓ Ações formativas e workshops;
- ✓ Rastreios de doenças.







4.3.3. Belmonte Jovem

Este conjunto de iniciativas, que denominamos por "Belmonte Jovem", visam fomentar a participação ativa dos jovens na sociedade, o apoio ao desenvolvimento do associativismo juvenil e o incentivo a políticas municipais orientadas para a Juventude e para a satisfação das suas aspirações.

A juventude é uma fase da nossa vida fortemente marcada pela ânsia de plena integração. Integração no mercado de trabalho, integração na sua família, no seu meio escolar, etc..

Esta constante procura de aceitação e aprovação, acarreta por vezes problemas e ansiedades que, ao menor obstáculo não transposto, acabam por resvalar em desvios comportamentais passiveis de deixar repercussões, no futuro do indivíduo e da sociedade.

Assume primordial importância pensar e implementar medidas exclusivamente direcionadas para esta faixa etária. Importância essa acrescida quando se observa, ao nível do poder central, uma demissão quase absoluta do papel que esta deveria desempenhar nestas matérias.

Embora não se possua um diagnóstico completo das necessidades sentidas por esta faixa da população, enuncia-se aqui um conjunto de medidas a implementar nos próximos 4 anos:

- ✓ Dinamizar e apoiar o associativismo juvenil;
- ✓ Estabelecer acordos com instituições financeiras que permitam a concessão de créditos bancários, a longo prazo, de modo a permitir que jovens do concelho tenham acesso ao ensino superior;
- ✓ Criação de um espaço municipal "co-working", modelo de trabalho que se baseia na partilha de um espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma empresa ou no mesmo sector de atividade;
- ✓ Organizar ações formativas e workshops;
- ✓ Divulgar os programas ocupacionais e de voluntariado existentes;
- ✓ Possibilidade de criar o cartão jovem municipal, através de uma parceria a estabelecer com a MOVIJOVEM. Tratar-se-ia de um cartão a emitir pela Câmara de Belmonte, capaz de conceder benefícios na aquisição de bens ou serviços no território do concelho;
- ✓ Organizar festivais/eventos.

4.3.4. Cultura

A cultura tem merecido destaque nas estratégias de desenvolvimento regionais, nas últimas décadas, assumindo um lugar central no domínio do marketing territorial, mormente em territórios tradicionalmente desfavorecidos, como são os do interior de Portugal.

Servindo como alavanca para a criação de toda uma estratégia, ligada ao turismo (turismo cultural), a cultura assumirá um papel de fonte, quase inesgotável, de recursos e conteúdos que irão enriquecer o rol de ofertas turísticas do concelho.

A estratégia de Belmonte, no que diz respeito a cultura, passará pela investigação/ pesquisa do riquíssimo património cultural do concelho de forma a criar novos conteúdos turísticos.

Será igualmente concebida e implementada uma programação cultural diversificada, com atividades a desenvolver por todas as freguesias de Belmonte, nos espaços edificados para o efeito (anfiteatros, salas culturais), bem como em animação cultural de rua. A formação e a







oferta de oportunidades para que os jovens criadores regionais e, muito especialmente, os jovens criadores locais, possam mostrar e divulgar os seus trabalhos, será uma prioridade.

A aposta no tecido institucional cultural do concelho será uma realidade, através do apoio direto na organização de eventos culturais que possam ganhar escala, reconhecendo assim o seu contributo.

Serão introduzidos novos conceitos de marketing na exploração dos museus, de modo a que estes ganhem notoriedade no exterior, e possam exponenciar o número de visitantes.

Apesar de na lista de prioridades, atendendo ao cenário socioeconómico em vigor, existirem outras preocupações que irão merecer um maior investimento financeiro (ação social), à cultura ser-lhe-á reconhecida a sua devida importância, enquanto possível motor económico do concelho.

i. Investigação / Conceção de Conteúdos

"A cultura pode, num futuro próximo, tornar-se uma das mais importantes mais valias para o desenvolvimento económico local e simultaneamente, ser um fator de coesão regional e dar um novo dinamismo local", *Greg Richards – Professor Universitário/Investigador*.

A vasta e rica história que emana do território do concelho de Belmonte, permite-nos obter uma fonte, quase inesgotável, de conteúdos facilmente transformáveis em ofertas turísticas, capazes de atrair o público-alvo com que se ambiciona trabalhar.

Pretende-se criar um gabinete permanente que tenha por finalidade a pesquisa, investigação e seleção de conteúdos (culturais, históricos) capazes de serem transformados em ofertas turísticas do concelho.

Das simples histórias ancestrais de rua, aos mais importantes documentos e episódios históricos, ocorridos em territórios do concelho, recorrendo inclusivamente ao imaginário e místico coletivo, tudo poderá servir de mote de modo a materializar conteúdos válidos que, posteriormente possam permitir a sua integração na estratégia de divulgação e criação de notoriedade para o concelho de Belmonte.

Ao rigor da pesquisa e investigação factual, irão ser adicionadas as doses certas de criatividade, de modo a serem produzidos conteúdos apelativos e capazes de serem trabalhados como ofertas turísticas, sempre sob a visão e abordagem estratégica que se pretende encetar.

Sempre que necessário, não se descura a possibilidade de recorrer a empresas especializadas externas com o intuito de criar alguma dimensão e notoriedade a conteúdos trabalhados neste gabinete.

ii. Tradições Locais

Ao fomentarmos a realização de eventos pelas freguesias do concelho, chamando à Câmara Municipal a organização direta de alguns (os que possuírem francas possibilidades de ganhar escala) e apoiando o tecido institucional local na realização dos demais, estaremos a promover ações que poderão representar francos benefícios a diversos níveis, para o concelho.







Tendo em conta o contexto económico atual, qualquer atividade que possa ser fomentada e que faça circular divisas monetárias no concelho, servirá sempre de alavanca para a economia local.

Por outro lado, em tempos de grave crise social, a realização deste tipo de eventos contribui para o aumento da autoestima da população, atenuando de certa forma os nefastos efeitos sentidos com o agravamento da crise instalada.

Iremos promover a participação ativa do tecido institucional local, de todas as freguesias, dinamizando iniciativas, apoiando-as e, se for caso disso, criando novos eventos (ou reabilitando outros já esquecidos) através de levantamentos, pesquisas e investigação a realizar pelo novo departamento de conceção de conteúdos (a criar).

Todos os eventos a realizar no concelho terão de possuir uma gestão cuidada de imagem, de modo a facultar uma identificação/notoriedade homogeneizada de Belmonte.

iii. Agenda Cultural

Apesar dos tempos austeros que correm, jamais um Município deverá abdicar de disponibilizar conteúdos culturais às suas populações.

Sabendo que as prioridades serão outras, nomeadamente de cariz social, o Município de Belmonte irá apresentar uma programação cultural diversificada, a desenvolver por todas as freguesias do concelho, onde haverá lugar a algumas produções culturais de dimensão, capazes de catapultar o nome de Belmonte para a notoriedade que se pretende incutir, bem como oportunidades para os autores regionais (prioritariamente locais) divulgarem os seus trabalhos/ obras.

Serão utilizados os espaços culturais disponíveis no concelho, ao mesmo tempo que se consolidará uma verdadeira aposta em animação de rua.

Outra vertente a explorar, que será incluída nesta agenda cultural, será a da formação na área cultural (workshops, ações formativas) destinadas à população em geral, a desenvolver através de parcerias com instituições acreditadas para o efeito.

O tecido institucional cultural do concelho será chamado a participar ativamente na programação cultural a desenvolver.

Esta programação será devidamente planeada e divulgada, tanto em Belmonte como no exterior, através de publicações de periodicidade mensal.

4.3.5. Desporto/Lazer

Em termos genéricos, é objetivo do município de Belmonte incrementar, melhorar e diversificar a oferta desportiva concelhia

O apoio criterioso ao tecido institucional desportivo e recreativo do concelho, o desenvolvimento de sinergias com o agrupamento escolar, a dinamização e fomento do desporto de lazer/tempo livre, a aposta no desporto como mais uma possível oferta turística do território, o aproveitamento do desporto para reforçar os índices de notoriedade do concelho e, principalmente a consciencialização das necessidades e interesses da população na perspetiva da saúde, serão eixos estratégicos de intervenção dentro desta temática.







Enunciam-se, a seguir, algumas medidas que podem ser inseridas na estratégia definida:

- ✓ Apoiar financeiramente as entidades desportivas e recreativas que apresentem, nos seus planos de atividade anuais atividades desportivas dirigidas à população do concelho;
- Aumentar a taxa de ocupação das infraestruturas desportivas de Belmonte;
- ✓ Reabilitar a área envolvente da praia fluvial, dotando aquele espaço, se possível, de condições para a prática de desportos fluviais e de desportos aventura;
- ✓ Organizar torneios (em diversas modalidades) que coloquem em competição/convívio os Munícipes das diferentes freguesias, bem como os alunos das escolas do concelho;
- ✓ Proceder à sinalização de diversos percursos pedestres e cicláveis, dando a conhecer o património natural do concelho, tanto aos Munícipes como aos visitantes;
- ✓ Apostar numa modalidade desportiva de alta competição, capaz de proporcionar um retorno apreciável no que diz respeito ao aumento de índices de notoriedade do território.

4.3.6. Plano Municipal do Ambiente

No plano ambiental, a Câmara Municipal de Belmonte deverá elaborar um Plano Municipal do Ambiente, tendo por base os princípios consignados na Agenda XXI, adotando assim uma ferramenta que lhe permitirá:

- a) Identificar o estado do ambiente no Concelho e detetar tendências da evolução relevantes para o planeamento ambiental e ordenamento do território do Concelho;
- b) Selecionar e concentrar as atenções nos problemas e potencialidades ambientais de intervenção prioritária;
- c) Definir estratégias integradas, programas de ações de intervenção e fichas de projetos prioritários, bem articulados, de modo a potencializar sinergias e evitar que possa haver questões sobrepostas ou transferência da poluição de um meio para o outro;
- d) Aumentar a eficácia da gestão do ambiente e das intervenções da autarquia na prevenção e na resolução de problemas concretos e de interesse mútuo;
- e) Promover a participação dos cidadãos e de outros agentes locais e responder às suas aspirações, cada vez mais conscientes dos desafios de desenvolvimento ambientalmente sustentável;
- f) Monitorizar a evolução do estado do ambiente do Concelho, adotando para isso um painel de indicadores de sustentabilidade ambiental;
- g) Obter Certificação Europeia, na área ambiental, promovendo a inclusão em Redes Europeias/Internacionais.







4.4. Planeamento Urbanístico, Acessibilidades e Mobilidade

As ações a implementar neste domínio serão concebidas tendo por base, por um lado, a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), procedimentos que já se encontram em fase de execução, e, por outro lado, o acordo assinado com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Com efeito, ao fim de largos anos, o PDM do Concelho de Belmonte finalmente irá ser revisto e atualizado face às necessidades e anseios dos tempos atuais e dos próprios Munícipes.

O acordo estabelecido com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto irá permitir que temáticas como a mobilidade no concelho, as acessibilidades com o exterior e a recuperação e reabilitação de espaços públicos, possam ser objeto de estudos técnicos especializados, de modo a serem obtidas as soluções e modelos ideais a implementar.

4.5. Reforço da Estrutura Organizativa do Município

4.5.1. Consultadoria LEAN

Em primeiro lugar importa aqui enunciar os princípios que norteiam toda esta filosofia de organização e de maximização de rentabilização das estruturas e organizações.

A designação "Lean Thinking" é mundialmente aplicada referindo-se à filosofia de liderança e gestão que tem por objetivo a sistemática eliminação do desperdício e a criação de valor acrescentado.

Esta corrente tendo nascido apenas no ano de 1996, apresenta-se hoje em dia como um dos paradigmas de maior sucesso que o mundo empresarial já conheceu.

Um conjunto de ferramentas e metodologias foram criadas, ao nível operacional, de modo a identificar o fluxo de recursos a utilizar, as áreas ou departamentos onde esses recursos em maior quantidade são gastos, sem que haja o devido retorno.

Após essa análise, todo o processo será redesenhado, aumentando os níveis de eficiência das organizações.

Esta corrente de pensamento em muito transcendeu o universo industrial, sendo cada vez mais utilizado na maximização de eficiência no setor dos serviços e, o que mais nos interessa, na atualização e modernização dos serviços públicos a disponibilizar junto das populações.

Na prática, irá ser desencadeada uma consultadoria, a ser realizada por empresa especializada, tendo por objetivo a avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Município, face aos recursos despendidos, de modo a serem eventualmente introduzidas medidas corretivas, a nível orgânico, sempre com a ideia final de maximizar a satisfação dos nossos clientes, neste caso os nossos Munícipes.

Este trabalho especializado incidirá em todos os departamentos/serviços do Município, e terá resultados finais, cujos benefícios perdurarão no tempo.







4.5.2. Gabinete de Planeamento e Elaboração de Candidaturas

A execução do Plano Estratégico Municipal para os próximos 4 anos, acarretará investimentos vários, cujo orçamento anual do Município dificilmente logrará suporta na íntegra.

A correta e sustentável gestão financeira da autarquia, não poderá ficar "refém" da execução dos vários projetos a implementar.

Sabemos o quanto endividadas nos dias que correm, se encontram grande parte das autarquias deste país, servindo de demonstração que o uso recorrente de crédito bancário, mais tarde ou mais cedo, acaba por comprometer até o decurso operacional dos serviços camarários.

Por outro lado, é igualmente correto afirmar que uma autarquia, para conseguir canalizar investimentos para o seu concelho, tem a necessidade de prosseguir ferramentas de financiamento que transcendam as receitas que gera durante um ano de atividade.

É neste compromisso que este futuro gabinete pretende atuar.

Em estreita colaboração com a área financeira da autarquia e com os elementos da Câmara Municipal que detêm capacidade de decisão, deverá ser constituída uma equipa multidisciplinar que, tendo conhecimento das áreas de atuação em que o Município pretenderá intervir, dos montantes necessários à implementação dos investimentos a realizar, terá por missão prosseguir as ferramentas de financiamento ideais e necessárias para cada execução, bem como definir o modelo de "negócio" a implementar em cada situação.

Para aferir a real necessidade de financiamento de cada projeto, não basta quantificar o montante de investimento inicial a realizar (até à execução da obra).

O impacto financeiro relacionado com despesas de funcionamento, manutenção e encargos financeiros ao longo dos anos, por vezes reveste-se de maior importância que a própria despesa inicial com a obra.

De igual relevância se assume a necessidade de quantificar as receitas que cada investimento possa gerar. Para dotar cada projeto do equilíbrio económico-financeiro desejado, deveremos munir cada projeto do maior número possível de variáveis suscetíveis de gerar alguma rentabilidade.

Sabe-se que em certas áreas a intervir, esse equilíbrio será mais difícil de alcançar, no entanto a preocupação em o atingir, na maior proporção possível, terá de estar sempre presente.

Para além do QREN ter-se-á em linha de conta outras fontes de financiamento passiveis de serem usadas, tais como as iniciativas comunitárias, programas de financiamento nacionais, benefícios fiscais, parcerias a estabelecer com privados...







4.5.3. Gabinete de Comunicação e Imagem

A gestão da informação dentro de uma organização, bem como o modo em que esta é difundida para o exterior, merecerá sempre um elevado teor de rigor e preocupação por parte dos seus responsáveis.

O Gabinete de Comunicação deverá contar com uma equipa de colaboradores com conhecimento na área da comunicação e com reputação profissional que transmita confiança, de modo a cumprir o objetivo de satisfazer as necessidades de informação dos seus públicos.

Por outro lado, deverá assegurar a supervisão da implementação da política de imagem que o município irá conceber.

As principais funções do Gabinete de Comunicação serão:

- a) Conceber, executar e acompanhar as atividades de informação, imagem, marketing, publicidade e protocolo, em estreita articulação com as demais unidades orgânicas da câmara;
- b) Promover a divulgação das atividades do Município;
- c) Promover a comunicação entre o Município e os Munícipes;
- d) Preparar, elaborar e divulgar publicações e informações municipais, internas ou externas, periódicas ou não, de carácter geral ou específico;
- e) Promover uma cordial e sã relação com os órgãos de Comunicação Social;
- f) Recolher as matérias noticiosas com interesse para a Câmara e promover a sua divulgação;
- g) Promover ações com outros Municípios ou outros organismos públicos ou privados;
- h) Apoiar a realização de iniciativas promocionais de interesse para o Concelho;
- i) Fazer o acompanhamento e a divulgação de iniciativas/eventos sociais, desportivos e culturais;

4.5.4. Atendimento ao Munícipe

Assiste-se com perplexidade ao gradual encerramento do interior do país.

À medida que as politicas e medidas de austeridade vão sendo conhecidas, deparamo-nos com notícias e perspetivas de novos encerramentos de serviços públicos, um pouco por todo o interior do país.

A extinção de freguesias, o encerramento de repartições de finanças, tribunais, serviços de saúde, segurança social, são exemplos demonstrativos do que se pretende para o interior do país.

Sem querer entrar em resignações ou conformismos, antes pelo contrário (as reivindicações de uma Câmara Municipal do interior, ainda é das poucas vozes periféricas que se fazem sentir nos







centros de decisão), será de toda a utilidade para as populações do concelho, que o Município de Belmonte comece a implementar um novo sistema de atendimento que, simultaneamente facilite as relações do Munícipe com o Município e permita às populações continuar a usufruir dos serviços públicos de atendimento (finanças, CTT, Segurança Social, etc.) apesar da intenção do Estado em suprimir tais serviços por estas paragens.

A criação de espaços específicos de atendimento (físicos e virtuais), munidos com todos os recursos necessários, tecnológicos e humanos, permitiria aos Munícipes uma simplificação das suas tarefas quotidianas, num só local poderiam resolver um maior número de situações e relações com o estado, ao mesmo tempo que introduziria novos métodos de gestão e de organização no seio da Câmara Municipal de Belmonte (novas tecnologias, software e métodos de gestão, tesouraria única, etc.).

Este novo serviço estaria disponível para todos os Munícipes, através de abertura de lojas de atendimento em todas as freguesias de Belmonte (Colmeal da Torre incluído), preferencialmente nas sedes das Juntas de Freguesia, com um horário diário de funcionamento alargado a definir.

Simultaneamente, disponibilizar-se-iam o mesmo rol de serviços através da internet, com a criação de um portal web funcional.

Esta estratégia poderá significar a realização de algum investimento (instalações, equipamentos, software específico, formação profissional a funcionários).

Terá no entanto, um retorno relativamente rápido (reorganização dos serviços, antecipação de receitas, ...) assim como abrirá francas possibilidades de financiamento, junto de programas operacionais específicos de financiamento, quer nacionais quer comunitários.

i. Lojas de Atendimento ao Munícipe

Com o objetivo de melhorar a resposta dos serviços oferecidos aos cidadãos, reforçando em simultâneo a eficácia e eficiência da organização, será implementado um novo modelo de atendimento.

Este serviço municipal será constituído por balcões de atendimento, disponíveis nas várias localidades do concelho, com horários alargados, trazendo os serviços municipais para mais perto do Munícipe, evitando ou reduzindo substancialmente as deslocações.

Em qualquer dos espaços de atendimento pode tratar de TODOS os assuntos que sejam da competência do município, incluindo os processos de urbanismo, acompanhamento de processos, licenciamentos, água e saneamento ...

Através de parcerias/protocolos a estabelecer, junto da administração central, os balcões de atendimento permitirão a realização de serviços de diferentes entidades, tais como finanças, segurança social, ADSE, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, a Caixa Geral de Aposentações.







ii. Portal do Munícipe

Este projeto será criado com o objetivo de melhorar e tornar mais célere a resposta aos munícipes, facilitar a comunicação, agilizar o atendimento pelos serviços, manter os munícipes informados, melhorando a sua satisfação.

Esta aplicação informática, a incluir no atual site municipal (que deverá sofrer as remodelações pertinentes), vai permitir aos munícipes o acesso a diversos serviços de índole municipal (facturas eletrónicas, download de formulários, e-mail do Munícipe, serviços online, atendimento online, informações úteis sobre serviços, provedoria do Munícipe, ...).

Mediante o registo individual no portal, cada Munícipe poderá aceder a um conjunto de serviços a disponibilizar, acompanhando simultaneamente o grau de execução dos seus processos. Após o registo será disponibilizado no imediato, um endereço de e-mail que servirá para troca de correspondência com o Município.

Tal como nos balcões físicos, futuros protocolos com diversas entidades/organismos públicos, permitirá alargar o âmbito de ação deste portal, angariando um número cada vez maior de serviços disponíveis.

4.6. Marketing Territorial

"No atual ambiente competitivo o Marketing Territorial funciona como uma mais-valia ao nível da divulgação de uma imagem de forma a atingir o público-alvo identificado, defendendo a necessidade de uma nova abordagem em termos de planeamento das cidades..."

In Ramos, George ""O Marketing e as estratégias de atratividade e sustentabilidade local"

"Contrariando a tese do determinismo demográfico, que associaria o sucesso ao restrito grupo dos lugares de mais elevadas densidades, a estratégia de afirmação do concelho e da Vila de Óbidos assenta em vetores múltiplos de reinterpretação da identidade do lugar, de envolvimento com a respetiva paisagem cultural, de organização inovadora de eventos diversificados e de integração em diferentes redes de cooperação."

In Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia – Universidade de Letras do Porto

Pelo carater de transversalidade que este item apresenta, decidimos enuncia-lo fora do rol de ações a implementar, no âmbito da Visão Estratégica aqui apresentada.

Definido o Plano Estratégico do Concelho, documento de trabalho da Autarquia possuidor das linhas orientadoras de ação, na vertente do desenvolvimento e planeamento, importa agora encetar um conjunto de ações que nos permita conceber e utilizar as políticas e meios mais adequados na prossecução das metas quantitativas que pretendemos alcançar.

Por todo o decorrido do presente documento, é ponto assente que o objetivo geral que pauteia toda a estratégia a seguir, não é mais do que a exponenciação da capacidade de atração e fixação de pessoas no nosso território, sejam residentes ou meros visitantes.

Para tal propomos, entre outras medidas, aumentar o número de produtos temáticos/turísticos a disponibilizar, pretendemos atrair o maior número possível de novos investimentos,







desejamos aumentar a capacidade hoteleira do Concelho, definimos um conjunto de ações fomentadoras de índices de bem-estar (social, cultural, lazer, ...), ...

Tentámos, pois, criar condições, no terreno, para que as necessidades do mercado e públicosalvo sejam satisfeitas de forma garantir e atrair públicos.

O passo seguinte, tendo presente o objetivo geral preconizado, passa pela correta e inequívoca identificação, com base nas vantagens competitivas do nosso território (caraterísticas e potencialidades), dos mercados e públicos-alvo para os quais devemos trabalhar, bem como conceber quais as politicas e meios mais eficazes para os abordar, com as maiores garantias possíveis de sucesso.

Para tal será desenvolvido um <u>Plano de Marketing</u> que definirá, e quantificará, quais as metas a alcançar, os mercados e públicos-alvo mais consentâneos com o tipo de propostas que apresentamos, a mensagem a utilizar e os meios de difusão adequados para cada segmento definido...

... Em suma, o conjunto de medidas e ações de marketing (e seus custos) mais eficazes de modo a cumprir o planeado.

Circunscrevidos os mercados que pretendemos abordar e o público-alvo a quem nos devemos dirigir, devemos então conceber a <u>"Marca"</u> do Concelho de Belmonte, marca essa que deverá ser portadora de três fontes essenciais de valor, a saber:

✓ Notoriedade;✓ Imagem;✓ Fidelização ou Envolvimento.

Através da "Marca", um território poderá alavancar a sua capacidade de atratividade, a conquista de índices de confiança junto do público e a sua própria credibilidade.

É hoje um dado universalmente aceite que o posicionamento não é o que é feito com as caraterísticas intrínsecas de um determinado produto, mas sim o que se consegue fazer com a mente do potencial cliente, ou seja, a forma como conseguimos posicionar o produto na mente do consumidor.

A "Marca" a criar deverá funcionar como um veículo/meio de posicionamento do território, contribuindo positivamente para a sua dinâmica de desenvolvimento.







5 Plano de Ação - Matriz

Pilar Prioritário	Área temática	Projeto / Ação
	1.1 - Turismo Cultural	i. Jardim dos Descobrimentos
		ii. Espaço Brasil – Arte Contemporânea
		iii. Centro Interpretativo "Centum Cellas e Seus Mistérios"
		iv. Centro Interpretativo "Villa Fórnea"
		v. Remodelação e atualização Rede Museus
		vi. Nomeação de Embaixadores Culturais
	1.2 - Turismo	vii. Páscoa(s) / Hanukkah
	Judaico	viii. Novos Produtos Temáticos a Criar
1 - Belmonte, Um Polo de Atração Turística de Notoriedade Internacional	juuaico	ix. Nomeação de Embaixadores junto do povo Judaico
	1.3 - Turismo Sénior/3º Sector	x. Living Lab Social/Turismo Sénior
	1.4 - Rede de Alojamentos	xi. Reabilitação frações urbanas destinadas para alojamentos turisticos
		xii. Parque de Campismo
	1.5 - Requalificação Praia Fluvial	xiii. Reabilitação área envolvente da praia fluvial (paisagístico e alojamentos)
		xiv. Parque de desportos Aventura / Natureza
	1.6 - Sistemas de Informação Geográfica	xv. Aplicação Web de divulgação de roteiros e pontos de interesse do Concelho (geo referenciação, mapas dinâmicos,)
		xvi. Cobertura WIFI para a generalidade do Concelho
		xvii. Web Site de divulgação do território e de gestão de conteúdos
		xviii. Aquisição de pontos de acesso Web (a colocar em locais estratégicos do território)







Pilar Prioritário	Área temática		Projeto / Ação
2 - Belmonte, Um Concelho com Pleno Emprego	2.1 - Produtos Locais	i.	Clube dos Produtores (Apoio à organização, novas metodologias de produção e comercialização)
		ii.	Processos de Rastreabilidade e Certificação de Genuinidade/ Qualidade dos produtos/ produtores locais
		iii.	Marca KOSHER associada a Belmonte
		iv.	Certame Anual de Divulgação Produtos / Produtores Locais
	2.2 - Comércio Tradicional	v.	Incubadora Comercial (Reabilitação de frações urbanas destinadas a acolhimento de projetos comerciais)
	2.3 - Indústria e Dinamização Empresarial	vi.	Nova Área Empresarial
		vii.	Espaço de Acolhimento e Dinamização Empresarial
	2.4 - Angariação de Investimento Externo	viii.	Criação dos Consulados do Brasil e Israel
		ix.	Regulamento Municipal das Politicas de Atratividade do Concelho (apoios, benefícios, isenções,)
		X.	Nomeação de Embaixadores Empresariais
	2.5 - Empreendedorismo	xi.	Gabinete de Apoio ao Empreendedor
		xii.	Portal do Empreendedor
		xiii.	Micro Crédito
		xiv.	Protocolos com Instituições Bancárias para Abertura de Linhas de Crédito de Apoio ao Investimento
		XV.	Formação Profissional
		xvi.	Espaço Co-Work







Pilar Prioritário	Área temática	Projeto / Ação	
	3.1 - Ação Social	i.	Gabinete Psicologia
		ii.	Gabinete de Ação Social
		iii.	Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Socias
		iv.	Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo
	3.2 - Belmonte Sénior	V.	Espaço Internet Sénior
		vi.	Programas de Atividade Física Sénior
		vii.	Programação dos passeios Sénior e eventos
		viii.	Ações Formativas e Workshops
		ix.	Dinamização do Cartão Municipal do Idoso
	3.3 - Belmonte Jovem	X.	Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ao Associativismo Juvenil
		xi.	Protocolo Instituição Bancária para abertura Linha de Crédito para Alunos do Ensino Superior
		xii.	Programação de Eventos
		xiii.	Ações Formativas
3 - Belmonte, Vale a Pena Agui Viver!!		xiv.	Dinamização do Cartão Jovem
Aqui vivei::		XV.	Gabinete de Investigação/Conceção de Conteúdos
	3.4 - Cultura	xvi.	Agenda Cultural
		xvii.	Tradições Locais
		xviii.	Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Iniciativas de índole Cultural
		xix.	Centro Escolar de Belmonte
	3.5 -Educação	XX.	Centro Escolar de Caria
		xxi.	Programação de Atividades Extracurriculares
	3.6 - Desporto/Lazer	xxii.	Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Entidades Promotoras de Desporto
		xxiii.	Organização de eventos e torneios
		xxiv.	Sinalização de Percursos pedestres e cicláveis
		XXV.	Aposta numa Modalidade Desportiva de alta competição
	3.7 - Ambiente	xxvi.	Plano Municipal do Ambiente







Pilar Prioritário		Projeto / Ação
4 - Planeamento Urbanístico, Acessibilidades e Mobilidade	Protocolo estabelecido com Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto	
	Revisão do P.D.M.	

Pilar Prioritário	Área temática	Projeto / Ação
5 – Reforço da Estrutura Organizativa doo Município	5.1 - Consultadoria LEAN	 i. Diagnóstico estrutural do Município (Recursos Utilizados, Serviços Prestados, Organização,) ii. Medidas Corretivas a
		Implementar
	5.2 – Gabinete de Planeamento e Elaboração de Candidaturas	 iii. Conceção e Realização de candidaturas aos diferentes Programas Operacionais Comunitários, Nacionais e/ou Iniciativas Comunitárias (Projetos públicos e privados)
		iv. Elaboração Estudos de Viabilidade e de Impacto económico-financeiro
	5.3 – Gabinete de Comunicação e Imagem	v. Promoção da Comunicação entre Município e Munícipes
		vi. Promoção e divulgação das atividades do Município
		vii. Promoção de ações com outros Municípios, outros organismos públicos ou privados
		viii. Gestão da relação com a comunicação social
	5.4 - Atendimento ao Munícipe	ix. Lojas de Atendimento ao Munícipe
		x. Portal do Munícipe







6 Bibliografia

Alves, Nuno; Centeno, M.; Novo, A. (2010). *O Investimento em educação em Portugal: retornos e heterogeneidade*. Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, *Programa Operacional Regional do Centro 2014/2020*. Disponível em

http://crer2020.ccdrc.pt/index.php/crer2020/crer2020-noticias/100-consulta-publica-do-programa-operacional-regional-do-centro-2014-2020 [consultado em 14 de Março de 2014].

Comissão Europeia, *A política agrícola comum - A história continua*. Disponível em http://ec.europa.eu/agriculture/50-years-of-cap/files/history/history_book_lr_pt.pdf [consultado em 11 de Março de 2014].

Comissão Europeia, *Europa 2020*. Disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/targets/eutargets/index_pt.htm [consultado em 12 de Março de 2014].

Ernst & Young; Global Change Fluxphera (2014). *Plano de Desenvolvimento Estratégico das Beiras e Serra da Estrela 2014-2020.*

Gabinete de Planeamento e Políticas (2012), *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 - Documento de Orientação*. Disponível em

http://www.gpp.pt/pac2013/Programacao/Doc_orientacao_PDR2014-20.pdf [consultado em 5 de Março de 2014].

Governo de Portugal, *PORTUGAL 2020 - ACORDO DE PARCERIA 2014-2020*. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/1325391/20140131%20acordo%20parceria%20portugal%202020.pdf [consultado em 13 de Março de 2014].

INE, I.P. Lisboa-Portugal (2013). O Parque habitacional e a sua reabilitação — Análise e evolução 2001-2011.

OECD (2012), *Education at a Glance 2012: Highlights*, OECD Publishing. Disponível em http://dx.doi.org/10.1787/eag_highlights-2012-en [consultado em 7 de Março de 2014].

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpqid=ine main

http://www.ccdrc.pt/

http://www.refer.pt/

http://www.icnf.pt/

http://www.pordata.pt/

http://www.euroconstruct.org



